



Luana Silva Fagundes

A interseção entre paz e desenvolvimento no pós-conflito Colombiano: Uma análise do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a Nível PDET em Chocó, Meta e Guaviare.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Rocha de Siqueira

Rio de Janeiro
Dezembro de 2025



Luana Silva Fagundes

A interseção entre paz e desenvolvimento no pós-conflito Colombiano: Uma análise do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a Nível PDET em Chocó, Meta e Guaviare.

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Profa. Dra. Isabel Rocha de Siqueira

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Dra. Victória Monteiro da Silva Santos

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Dra. Manuela Trindade Viana

Pontificia Universidad Javeriana – Bogotá

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Luana Silva Fagundes

Graduada em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela Faculdade Cásper Líbero, especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Ficha Catalográfica

Fagundes, Luana Silva.

A interseção entre paz e desenvolvimento no pós-conflito Colombiano: Uma análise do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a Nível PDET em Chocó, Meta e Guaviare / Luana Silva Fagundes; orientadora: Isabel Rocha de Siqueira – 2025.

48 pg. ; 24 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2025. Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Colômbia. 3. Acordo de Paz. 4. Desenvolvimento territorial. 5. Paz territorial. 6. PDET. 7. Conflito armado. 8. Paz. 9. Projeto. 10. Programa. I. De Siqueira, Isabel Rocha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

Agradecimentos

Agradeço, sobretudo, ao plano espiritual, aos meus guias e mentores, que sempre me amparam e fortalecem. Esse foi meu principal suporte no transcurso dessa dissertação, um caminho cheio de curvas, apreensão e incertezas, vivido de forma muitas vezes solitária, especialmente diante da necessidade de conciliar vida acadêmica com trabalho.

Apesar desse sentimento, nunca estive sozinha; foram muitas presenças, visíveis e invisíveis, que me sustentaram nos momentos de dúvida e cansaço.

Aos meus pais, que sempre se empenharam ao máximo para que eu tivesse a chance de estudar, deixo minha imensa gratidão. Sei que, diante das limitações e das poucas oportunidades que tiveram, cada conquista de um filho é vivida como uma vitória própria, e isso é profundamente tocante para mim.

Aos amigos e amigas, de perto ou à distância, agradeço pela escuta, palavras de encorajamento e paciência com minhas ausências. Cada gesto tornou essa caminhada menos pesada e possível.

À minha orientadora, deixo meu sincero agradecimento por ter aceito o convite para estar ao meu lado nesse processo, pela empatia, sensibilidade e carinho, pelo conhecimento compartilhado e confiança em meu trabalho. Sua orientação foi essencial para ampliar meu olhar para distintas temáticas.

Às professoras convidadas que integraram a banca examinadora, agradeço pela leitura atenta, pelas generosas contribuições e pelos apontamentos criteriosos. E aos professores e professoras do mestrado, registro, igualmente, meu agradecimento pelo aprendizado e reflexões ao longo do curso.

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho. Cada apoio fez parte desse percurso, que agora se materializa nesta dissertação.

Resumo

Fagundes, Luana Silva. De Siqueira, Isabel Rocha (Orientadora). **A interseção entre paz e desenvolvimento no pós-conflito Colombiano: Uma análise do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a Nível PDET em Chocó, Meta e Guaviare**, Rio de Janeiro, 2025. 48p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O conflito armado colombiano, um dos mais longevos da América Latina, envolveu múltiplos atores estatais e não estatais ao longo de mais de cinco décadas. Em 2016, a assinatura do Acordo de Paz entre o governo e as FARC-EP representou um marco na tentativa de encerrar formalmente essa trajetória de violência. Este estudo analisa a articulação entre paz e desenvolvimento proposta e operacionalizada no marco do Acordo, com foco na Reforma Rural Integral e nos Planes de Desarrollo con Enfoque Territorial (PDET). A partir da experiência do “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET”, executado entre 2018 e 2020 nos departamentos de Chocó, Meta e Guaviare, investiga-se em que medida a noção de paz foi incorporada à concepção de desenvolvimento local. O artigo examina como os pilares da paz territorial foram operacionalizados e se o programa conseguiu responder aos desafios estruturais herdados do conflito. A pesquisa evidencia a importância da abordagem territorial e participativa na promoção de uma paz duradoura, ao mesmo tempo em que questiona os limites e avanços da implementação das premissas do Acordo.

Palavras-Chave

Colômbia; Acordo de Paz; desenvolvimento territorial; paz territorial; PDET; conflito armado; paz; projeto; programa.

Resumen

Fagundes, Luana Silva. De Siqueira, Isabel Rocha (Tutora). **La intersección entre paz y desarrollo en el posconflicto colombiano: Un análisis del Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare**, Rio de Janeiro, 2025. 48p. Tesis de Maestría – Instituto de Relaciones Internacionales, Pontificia Universidad Católica de Rio de Janeiro.

El conflicto armado colombiano, uno de los más prolongados de Latinoamérica, involucró a múltiples actores estatales y no estatales a lo largo de más de cinco décadas. En 2016, la firma del Acuerdo de Paz entre el gobierno y las FARC-EP representó un hito en el intento de poner fin formalmente a esta trayectoria de violencia. Este estudio analiza la articulación entre paz y desarrollo propuesta y operacionalizada en el marco del Acuerdo, con énfasis en la Reforma Rural Integral y en los Planes de Desarrollo con Enfoque Territorial (PDET). A partir de la experiencia del “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET”, ejecutado entre 2018 y 2020 en los departamentos de Chocó, Meta y Guaviare, se investiga en qué medida la noción de paz fue incorporada en la concepción del desarrollo local. El artículo examina cómo se operacionalizaron los pilares de la paz territorial y si el programa logró responder a los desafíos estructurales heredados del conflicto. La investigación evidencia la importancia del enfoque territorial y participativo en la promoción de una paz duradera, al tiempo que cuestiona los límites y avances en la implementación de las premisas del Acuerdo.

Palabras clave

Colombia; Acuerdo de Paz; desarrollo territorial; paz territorial; PDET; conflicto armado; paz; proyecto; programa.

Índice

1. Introdução.....	3
2. Refletindo sobre os conceitos de “paz” e “desenvolvimento” e suas interseções.....	5
3. A abordagem das noções de “paz” e “desenvolvimento” no Acordo de Paz colombiano.....	9
4. Marco e concepção do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a nível PDET em Chocó, Meta e Guaviare.....	13
5. Implementação do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a nível PDET para Chocó, Meta e Guaviare.....	19
a. Componente 1: Participação, reconciliação, convivência e paz	
i. Apresentação de resultados do componente 1.....	20
ii. Análise de resultados e da articulação entre paz e desenvolvimento no componente 1.....	21
b. Componente 2: Meios de vida agrícolas e não agrícolas	
i. Apresentação de resultados do componente 2.....	23
ii. Análise de resultados e da articulação entre paz e desenvolvimento no componente 2.....	24
c. Componente 3: Acesso a serviços básicos	
i. Apresentação de resultados do componente 3.....	25
ii. Análise de resultados e da articulação entre paz e desenvolvimento no componente 3.....	26
d. Outros indicadores relevantes.....	27
e. Estratégia de sustentabilidade do projeto e sua relação com paz e desenvolvimento.....	28
f. Lacunas na implementação do projeto.....	29
6. Conclusão e recomendações.....	32
Referências.....	38

1. Introdução

O conflito colombiano é um dos mais antigos da América Latina. A violência persistente se verifica devido a um contexto prolongado de confrontos entre diversos grupos armados, como guerrilhas insurgentes, organizações narcotraficantes e paramilitares e grupos de criminalidade organizada, que se enfrentam entre si e às forças governamentais (MERCADANTE & TAQUECE, 2020).

De acordo com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), existem atualmente oito conflitos armados de caráter não-internacional na Colômbia (Comité Internacional de la Cruz Roja, 2024), seguindo a classificação jurídica¹ da instituição, baseada nos critérios do Direito Internacional Humanitário (DIH), “um conjunto de normas que busca, por motivos humanitários, limitar os efeitos dos conflitos armados” (Comité Internacional da Cruz Vermelha, 2022). Em cada região, departamento e cidade da Colômbia, a interação entre os diversos atores e a intensidade dos conflitos manifestaram-se de formas variadas ao longo de mais de cinco décadas, seguindo dinâmicas e ritmos próprios (RÍOS, 2017).

Três dos oito conflitos atualmente em curso envolvem o Estado colombiano e os seguintes grupos armados: o Exército de Libertação Nacional (ELN), as Autodefensas Gaitanistas da Colômbia (AGC) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Ejército del Pueblo (FARC-EP) (Comité Internacional de la Cruz Roja, 2024), este iniciado na década de 1960. Os demais enfrentamentos se dão entre os próprios grupos armados não-estatais. Dentre todos esses, um dos confrontos mais conhecidos e de maior proeminência é o que ocorre entre o governo colombiano e as FARC-EP, que sofreu um ponto de inflexão em 2016.

Em 24 de novembro daquele ano, o governo do Presidente Juan Manuel Santos e as FARC-EP, maior organização guerrilheira do país e da América Latina (CLEMENTE, 2021), assinaram um histórico Acordo de Paz, intitulado “Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera”², também conhecido como “Acuerdo de La Habana”, por ter sido firmado em Havana, capital de Cuba, palco de parte das negociações. Após a rejeição de um acordo previamente firmado em um plebiscito em outubro de 2016 e uma série de revisões subsequentes, a celebração desse instrumento marcou a tentativa de colocar um fim formal ao mais longo conflito armado da América Latina, que teve origem no início da Guerra Fria (ARANGO et al., 2018).

O teor do Acordo está distribuído em 310 páginas, com seis pontos norteadores, “que pretendem contribuir às transformações necessárias para estabelecer as bases de uma paz

¹ De acordo com o DIH, “os conflitos armados não-internacionais envolvem forças armadas governamentais que lutam contra um ou mais grupos armados não-estatais, ou tais grupos lutando entre si. Nem todo confronto armado que envolve grupos armados não-estatais equivale a um conflito armado não-internacional. Para ser regido pelo DIH, tal conflito deve alcançar um determinado nível de intensidade e as partes não-estatais envolvidas devem mostrar algum nível de organização. No que se refere a essa questão, o PA II [Protocolo Adicional II às Convenções de Genebra, que são a base do DIH] explica especificamente que este ‘não se aplica a situações de distúrbios e tensões internas, tais como motins, atos de violência isolados e esporádicos, e outros de natureza semelhante’”. Em: O que é o Direito Internacional Humanitário? Serviço de Assessoramento em DIH.

² O governo colombiano disponibiliza na íntegra o teor do Acordo de Paz firmado em 2016: <https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/acuerdofinal.pdf>.

estável e duradoura”³ (“Acuerdo Final”, pp. 7, 2017). Entre os elementos cruciais do documento, destaca-se o enfoque integral à construção da paz e a partir dos territórios, ou seja, a proposta de intervenção nas variáveis estrutural, cultural e simbólica, considerando-se a perspectiva dos territórios mais afetados pela violência armada (RÍOS & GONZÁLEZ, 2021).

Já no preâmbulo, lê-se que “a construção de um novo paradigma de desenvolvimento e bem-estar territorial para benefício de amplos setores da população” constitui meta essencial da reconciliação nacional⁴ (“Acuerdo Final”, pp. 3, 2017), portanto, do processo de restauração da paz na Colômbia. O trecho vincula o alcance da paz ao estabelecimento, na prática, de um modelo de desenvolvimento, em que se verifique a presença de medidas nos âmbitos econômico e social (IGLESIAS & JIMÉNEZ, 2018). Essa associação segue ocorrendo, de forma clara ou implícita, em distintos trechos do Acordo.

No primeiro eixo, intitulado “Hacia un nuevo campo colombiano: Reforma Rural Integral (RRI)”, os compromissos têm como principal finalidade a transformação da estrutura agrária (CAIRO & RÍOS, 2019), reconhecendo a relação entre a violência na Colômbia e a problemática do acesso à terra (IGLESIAS & JIMÉNEZ, 2018). Essa seção - em que são apresentados 13 princípios que abrangem temas como regularização fundiária, promoção do desenvolvimento sustentável, oferta de estímulos aos agricultores e resolução de conflitos, além da eliminação da pobreza e da democratização da terra - expressa que a RRI “contribuirá para a transformação estrutural do campo”⁵ (“Acuerdo Final”, pp. 3, 2017). O uso do termo “estrutural”⁶ denota como o acesso à propriedade da terra é importante garantia do pleno exercício dos direitos da população campesina (IGLESIAS & JIMÉNEZ, 2018).

O conteúdo do Acordo segue, informando que para a execução dessa reforma nos territórios, prevê-se implementar localmente os intitulados “Planes de Desarrollo con Enfoque Territorial” (PDET)⁷, “instrumentos de reconciliação em que todos os atores trabalham para a

³ “El Acuerdo Final contiene los siguientes puntos, con sus correspondientes acuerdos, que pretenden contribuir a las transformaciones necesarias para sentar las bases de una paz estable y duradera” (Acuerdo Final, pp. 7, 2017).

⁴ “Valorando y exaltando (...) que es meta esencial de la reconciliación nacional la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo y bienestar territorial para beneficio de amplios sectores de la población hasta ahora víctima de la exclusión y la desesperanza” (Acuerdo Final, pp. 3, 2017).

⁵ “(...) en el marco del presente Acuerdo para la Terminación del Conflicto, la Reforma Rural Integral, en adelante RRI, sienta las bases para la transformación estructural del campo, crea condiciones de bienestar para la población rural - hombres y mujeres - y de esa manera contribuye a la construcción de una paz estable y duradera” (Acuerdo Final, pp. 10, 2017).

⁶ “(...) una verdadera transformación estructural del campo requiere adoptar medidas para promover el uso adecuado de la tierra de acuerdo con su vocación y estimular la formalización, restitución y distribución equitativa de la misma, garantizando el acceso progresivo a la propiedad rural de quienes habitan el campo y en particular a las mujeres rurales y la población más vulnerable, regularizando y democratizando la propiedad y promoviendo la desconcentración de la tierra, en cumplimiento de su función social” (Acuerdo Final, pp. 10, 2017).

⁷ “Os PDET são um instrumento de planejamento e gestão para implementar de maneira articulada os planos e programas do Estado no âmbito da RRI, definida no primeiro ponto do Acordo de Paz (...). Dentre seus objetivos encontram-se: i) a transformação estrutural do campo e as áreas rurais do país; ii) [o estabelecimento de] uma relação equitativa entre o campo e a cidade; e iii) a reativação econômica, social e o fortalecimento institucional das áreas priorizadas”, de acordo com o site do governo colombiano: https://www.renovacionterritorio.gov.co/especiales/especial_pdet/. O “Decreto Ley” 893, de 2017, criou os PDET: https://www.renovacionterritorio.gov.co/especiales/especial_pdet/.

construção do bem supremo da paz”⁸ (Acuerdo Final, pp. 11, 2017). Os PDET são concebidos como ferramentas de planejamento, gestão territorial e construção da paz, partindo da identificação dos problemas socioeconômicos e socioambientais locais para a elaboração de estratégias de fortalecimento institucional e da sociedade civil e adoção de medidas de gestão pública. Isso ocorre ao redor de pilares como reconciliação, saneamento básico, saúde e educação rurais, produção agropecuária, direito à alimentação e organização social da propriedade rural (CASTILLO, 2019)⁹.

Na esteira da implementação dos PDET, aprovou-se, em 2017, o “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare”, que trata, notadamente, de aspectos ligados à construção da paz e desenvolvimento sustentável, para a tomada de ações em sete municípios colombianos impactados pelo conflito armado. A iniciativa, concluída em 2020, se propôs a contribuir para o melhoramento da confiança das comunidades locais no Estado, por meio de intervenções que impactariam sua qualidade de vida, e foi liderada pela Agencia de Renovación del Territorio (ART)¹⁰, em coordenação com diversos atores estatais locais e organizações internacionais e da sociedade civil.

O Programa buscou trabalhar a dimensão do desenvolvimento num contexto em que a noção de paz constitui o cerne da concepção de projetos. Cabe averiguar se a iniciativa cumpriu com os compromissos no âmbito de desenvolvimento e de que forma seus elementos constitutivos e execução refletiram a associação dessa dimensão à ideia de paz, ou seja, a interseção ou vínculo entre as noções de paz e desenvolvimento. Pretende-se verificar de que maneira o vínculo integrou o processo de delineamento do projeto e, com isso, apontar como os elementos do projeto que se voltam para desenvolvimento estiveram ou deveriam estar articulados para atender às demandas nessa esfera. Como o nexos paz-desenvolvimento se articula na iniciativa ora analisada?

2. Refletindo sobre os conceitos de “paz” e “desenvolvimento” e suas interseções

Muito se pode discorrer sobre as concepções-chave para este trabalho, a saber, “paz” e “desenvolvimento” e suas variações - a exemplo de “paz positiva”, “paz sustentável” (ou

⁸ “Que la RRI es de aplicación universal y su ejecución prioriza los territorios más afectados por el conflicto, la miseria y el abandono, a través de Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial, como instrumentos de reconciliación en el que todos sus actores trabajan en la construcción del bien supremo de la paz, derecho y deber de obligatorio cumplimiento” (“Acuerdo Final”, pp. 11, 2017).

⁹ Em sua pesquisa, Lynda Lucía Gómez Castillo aponta que o PDET se constrói por meio de uma rota metodológica desde o nível submunicipal (dos “corregimientos” ou “veredas”, zonas administrativas circunscritas aos municípios) até o nível regional (que seriam os departamentos, principais divisões do país), que parte da construção de um “pacto comunitário” em cada “corregimiento” em que se mapeiam as visões e oportunidades do território e se estruturam possíveis iniciativas para a paz. Concebe-se, assim, um pacto macro de caráter municipal, onde se consensuam os acordos no âmbito submunicipal e se priorizam projetos. Desenvolve-se, ainda, uma comissão subregional para traçar eixos estratégicos e planos de consolidação da paz a médio e longo prazos, tudo isso elaborado por múltiplos atores (CASTILLO, 2019).

¹⁰ O objetivo da ART “é coordenar a intervenção das entidades nacionais e territoriais nas zonas rurais afetadas pelo conflito, priorizadas pelo Governo nacional, através da execução de planos e projetos de renovação territorial dessas zonas, que permitam a sua reativação econômica e social e o seu fortalecimento institucional, para que sejam integradas de forma sustentável ao desenvolvimento do país”, conforme artigo 3º do “Decreto Ley” 2366, de 2015: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=67333>.

“sustentada”), “desenvolvimento integral” e “desenvolvimento sustentável” (ou “sustentado”) -, bem como sobre de que forma tem se dado a interação entre esses campos e a incidência de uma dimensão na outra. O que se sabe é que há um enorme desafio conceitual e de tomada de ação concreta, na prática de projetos, quando se trata dessas noções e interseções (ROCHA DE SIQUEIRA et. al, 2022), sendo este último fenômeno o qual a pesquisa pretende problematizar, tendo como referencial o contexto colombiano de implementação do Acordo de Paz.

Buscando identificar nuances na conceituação de “desenvolvimento” para além daquela que consiste na ideia de economia, progresso e riqueza, e no conceito de “paz” atrelado, de forma reducionista, exclusivamente a segurança, ordem e estabilidade (MENDONÇA, 2020), importa resgatar brevemente o rastro de construção dos entendimentos acerca dos termos “paz” e “desenvolvimento”, isoladamente e vinculados.

“Desenvolvimento”, em seu sentido atual mais difundido, data do período pós-Guerra Fria do pensamento moderno de desenvolvimento. Nessa corrente, o significado central de desenvolvimento está associado a crescimento econômico. Por sua vez, o pensamento alternativo, conforme discorre o autor Jan Pieterse, introduziu novos entendimentos nessa esfera, focados no desenvolvimento social e comunitário (PIETERSE, 2020). Num esforço de resgate de sentido, Pieterse argumenta que é possível trabalhar ambas as visões como dimensões da noção de desenvolvimento e, assim, “reconstruir o desenvolvimento como uma síntese de componentes”, encarando esse tipo de arqueologia do discurso como uma crítica à concepção de desenvolvimento (PIETERSE, 2020).

No que se refere às discussões sobre “paz”, o nome de Johan Galtung figura como uma das principais referências. Por muito tempo, as reflexões nesse âmbito concebiam os termos “paz” e “segurança” como sinônimos, de modo que a paz era pensada como uma “paz negativa”, compreendida meramente como ausência de conflitos violentos (ROCHA DE SIQUEIRA et. al, 2022). A novidade no pensamento de Galtung é a perspectiva de que a paz se define de uma forma maximalista, a partir de tudo o que ela pode agregar: mudança de mentalidades, contato e intercâmbio entre grupos sociais, educação, pesquisa, comunicação e diálogo, transformações sociais e econômicas, cooperação institucional entre grupos e nações, e quaisquer outras propostas que se comprometam com “a integração humana” (OLIVEIRA, 2017).

Desse ângulo, a paz não se define pela mera ausência da violência física e direta, ainda que esta continue a ser uma das suas dimensões necessárias, mas “se expande para além desse horizonte, a fim de abranger qualquer iniciativa afirmativa que promova a integração humana”. Essa segunda dimensão, cunhada como “paz positiva”, assume uma feição mais complexa e radical, “indicando o compromisso com a construção de um sistema social global integrado, onde as mudanças sociais possam ser alcançadas por meios não-violentos” (OLIVEIRA, 2017).

Foi a partir da década de 1990 que a compreensão de “paz negativa” passou por esse processo de ampliação e aprofundamento, sendo gradualmente compreendida como um fenômeno social que, inclusive, careceria de políticas estruturais de desenvolvimento para se afirmar de maneira duradoura e sustentável (ROCHA DE SIQUEIRA et. al, 2022). Em 2015, foram adotados, pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹¹, concebidos como um apelo universal à “ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir que, até 2030, todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade”. Os 17 ODS são integrados, no esforço de propagar que “a ação em uma área afetará os resultados em outras” e que o “desenvolvimento deve equilibrar a sustentabilidade social, econômica e ambiental”, conforme consta no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

No marco da formulação desses objetivos, juntamente com a Agenda 2030, a ONU referiu-se, pela primeira vez de maneira direta, a questões relacionadas à paz em sua agenda de desenvolvimento, demonstrado pela adoção do OSD 16, a saber: “Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”¹² (VERAS, 2019). Esse objetivo aponta para uma suposta visão integrada de paz e desenvolvimento, em resposta a debates sobre “como complexificar a compreensão de paz” praticada em benefício de um olhar “mais holístico e positivo” (ROCHA DE SIQUEIRA et al., 2022), que considere, sobretudo, aspectos ligados a uma perspectiva crítica de desenvolvimento.

A partir desse horizonte que associa os campos “paz” e “desenvolvimento”, torna-se relevante considerar concepções ampliadas de desenvolvimento, que ultrapassem critérios meramente econômicos. É nessa linha que se pode inserir a afirmação de Fernando Blumenschein, em artigo de 2017, acerca de “um conceito amplo de desenvolvimento integrado”, que reflita não somente o nível de renda dos indivíduos, mas também o acesso a serviços que influenciam a qualidade de vida das pessoas, assim como o acesso a oportunidades no presente, como emprego, mas não somente, e potencialmente no futuro, a exemplo de educação e saúde, seguindo a linha de pensamento de Amartya Sen de “desenvolvimento como liberdade” (BLUMENSCHIN, 2017), destrinchado por João Oliveira Correia da Silva:

“O desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. A tônica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do produto interno bruto, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico ou com a modernização social. Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta a ação para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenham papéis de relevo.” (SILVA, S/d.)

Essa perspectiva mais abrangente do desenvolvimento aparece de forma emblemática também no relatório de 2011 do Banco Mundial, intitulado *World Development Report: Conflict, Security, and Development*. Nele, a promoção do desenvolvimento sustentável está posta como um processo essencial para combater a violência, mas insuficiente para garantir uma paz de longa duração; esta só poderia ser alcançada a partir de reformas macroeconômicas e políticas de redistribuição socioeconômica profundas (ROCHA DE SIQUEIRA et al., 2022).

¹¹ Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>.

¹² Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>.

Avançando na crítica a abordagens tradicionais, Mark Duffield, em sua obra “Global Governance and the New Wars”, de 2014, argumenta que, no mundo pós-Guerra Fria, as noções de desenvolvimento e segurança passaram a se fundir, especialmente nas estratégias de intervenção em países do Sul Global. Esse processo resulta em uma forma de governança global em que atores internacionais (como Organizações Não Governamentais - ONGs, agências da ONU, doadores, etc.) intervêm em Estados considerados “frágeis” ou “em crise” para “pacificá-los” e “desenvolvê-los” - muitas vezes de maneira desigual, excludente e autoritária (DUFFIELD, 2014). Nesse importante contraponto, o autor argumenta que o desenvolvimento, quando incorporado à lógica da segurança, deixa de ser um processo emancipatório e passa a funcionar como mecanismo de securitização e contenção de ameaças, sobretudo para proteger interesses do Norte Global. Esse tipo de enfoque desconsidera as especificidades locais e impõe soluções externas que muitas vezes reforçam desigualdades e marginalizam as vozes dos territórios.

Abordagens inclinadas à ideia de que tanto a paz quanto o desenvolvimento merecem um enquadramento mais amplo, cotidiano, holístico, multidimensional e não-linear (ROCHA DE SIQUEIRA et. al, 2022) constituem referenciais cruciais ao analisar programas e políticas públicas, bem como para formular iniciativas voltadas à sustentação do desenvolvimento e da paz. Ações que objetivem a paz combinada ao desenvolvimento integrado e vice-versa, inserindo os diversos aspectos do bem-estar econômico e social dos indivíduos, têm efeitos multiplicadores que interagem e se sustentam de forma mais acentuada do que aqueles restritos apenas a parte desses aspectos (BLUMENSCHIN, 2017).

Esse argumento dialoga diretamente com a necessidade de uma visão mais nuançada e crítica do desenvolvimento, que reconheça que não se trata de um conceito neutro, universal ou tecnicamente aplicável a qualquer contexto da mesma maneira (ROCHA DE SIQUEIRA et. al, 2022). O desenvolvimento, ao contrário, deve ser entendido como um processo situado, político e plural, que envolve disputas por sentidos, valores e prioridades. Adotar uma visão mais sensível ao contexto local, à história dos territórios e à diversidade de perspectivas (especialmente das comunidades afetadas) é fundamental para evitar intervenções que agravem desigualdades ou gerem novas formas de violência (DUFFIELD, 2014).

A análise do Acordo de Paz colombiano até aqui permite afirmar que as interseções entre “paz” e “desenvolvimento” foram reconhecidas e mobilizadas como fundamentos para o delineamento de políticas públicas nos territórios afetados pela violência armada. A proposta de estabelecimento da paz enraizada em transformações estruturais, sobretudo no campo, e materializada por meio de instrumentos como os PDET, exemplifica uma tentativa de traduzir compromissos pactuados em ações orientadas à mudança das condições socioeconômicas que alimentaram o conflito. Além disso, ao assumir que o processo de paz está atrelado à superação de desigualdades históricas, o Acordo apostou em uma noção ampliada de desenvolvimento - para além do crescimento econômico -, vinculada à justiça social, ao acesso a direitos e à inclusão de comunidades marginalizadas (“Acuerdo Final”, 2017).

Contudo, a efetividade das ações depende de como as noções ampliadas de paz e desenvolvimento são operacionalizadas na prática (e se são operacionalizadas efetivamente),

especialmente diante das tensões entre abordagens emancipadoras e lógicas mais restritas ou vinculadas a segurança ou controle. Assim, ao investigar como o vínculo entre paz e desenvolvimento foi integrado ao desenho e à execução de projetos como o “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare”, a presente pesquisa busca compreender se e como o Acordo foi concretizado em estratégias capazes de responder de forma contextualizada e transformadora às demandas dos territórios atingidos. Essa análise reforça a importância de compreender projetos dessa natureza não apenas como instrumentos técnicos, mas como espaços políticos, atravessados por disputas, desafios de coordenação e necessidades de escuta dos territórios.

3. A abordagem das noções de “paz” e “desenvolvimento” no Acordo de Paz colombiano

Após mais de meio século de conflito armado entre o governo colombiano e as FARC-EP, em 26 de novembro de 2016 foi assinado o “Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera”, resultado de negociações iniciadas em 2012 (IGLESIAS & JIMÉNEZ, 2018). Desde sua deliberação até a assinatura, o Acordo buscou lançar as bases de um processo de paz estável e duradouro. Cabe investigar como o instrumento trata e articula os conceitos de paz e desenvolvimento, com ênfase na dimensão territorial, particularmente rural, o que, como veremos, constitui elemento-chave para a superação do conflito e para a construção de uma paz sustentável. Compreender como esses entendimentos foram formulados dentro do Acordo, que serve de base normativa e conceitual para as iniciativas implementadas, pavimenta o caminho rumo ao levantamento posterior, sobre de que maneira a convergência entre essas dimensões viu-se refletida no esboço e execução de projetos, como o “Programa de Construcción de Confianza”.

Adentrando essa análise, é possível identificar, ao longo dos pontos do Acordo, uma ênfase em favor do território, numa acepção notadamente rural, como um espaço marcado por diversidade social e cultural, onde as comunidades têm um papel de destaque na melhoria de suas condições de vida e na construção do desenvolvimento nacional, a partir de uma perspectiva que tenciona integrar o urbano e o rural¹³. Nota-se a sinalização à proposta de desenvolvimento urbano-rural integrado em outros trechos do Acordo, quando se menciona, por exemplo, a “satisfação das necessidades dos cidadãos nas áreas rurais (...) para que possam (...) alcançar a convergência entre a qualidade de vida urbana e rural”¹⁴ e “o desenvolvimento

¹³ “Que la RRI concibe el territorio rural como un escenario socio-histórico con diversidad social y cultural, en el que las comunidades - hombres y mujeres - desempeñan un papel protagónico en la definición del mejoramiento de sus condiciones de vida y en la definición del desarrollo del país dentro de una visión de integración urbano-rural” (“Acuerdo Final”, pp. 10, 2017).

¹⁴ “Bienestar y buen vivir: el objetivo final es la erradicación de la pobreza y la satisfacción plena de las necesidades de la ciudadanía de las zonas rurales, de manera que se logre en el menor plazo posible que los campesinos, las campesinas y las comunidades, incluidas las afrodescendientes e indígenas, ejerzan plenamente sus derechos y se alcance la convergencia entre la calidad de vida urbana y la calidad de vida rural, respetando el enfoque territorial, el enfoque de género y la diversidad étnica y cultural de las comunidades” (“Acuerdo Final”, pp. 12, 2017).

e a integração de regiões abandonadas e afetadas por conflitos (...) para fortalecer os laços entre a cidade e o campo”¹⁵.

“Território” pode ser compreendido, por um lado, como um cenário passivo, um suporte onde se desenvolvem as atividades humanas - ou seja, um espaço físico tido como recurso econômico e objeto de propriedade, desprovido de uma leitura mais complexa de sua dimensão social e histórica. Essa visão, em geral, mostra-se limitada, pois não reconhece o território como uma produção social ativa (ARANGO et al., 2018). Por outro lado, há um contraponto que prioriza o desenvolvimento territorial como integração efetiva entre o rural e o urbano (ARANGO et al., 2018) - o que ressoa com acenos identificados em trechos do Acordo, conforme exposto acima, no sentido de afastar a interpretação de território como um cenário passivo, uma espécie de apêndice para ações humanas.

Ainda que esse conceito não seja totalmente desvinculado de seu aspecto jurídico ou da ideia de enraizamento em um local específico, ele não se limita a isso. Para além desses elementos, é essencial considerar os sentimentos de pertencimento e de apropriação. O território é, assim, compreendido como um recorte do espaço marcado por relações de poder, controle, apropriação e uso - relações essas construídas politicamente, institucionalmente, economicamente, culturalmente e simbolicamente (ARENHART et. al, 2021).

Esse entendimento é o ponto de partida, pois a questão agrária é o elemento que caracteriza as medidas econômicas previstas no Acordo, cuja formulação baseia-se na compreensão política de um conflito originado na histórica luta dos camponeses pelo acesso à terra (IGLESIAS & JIMÉNEZ, 2018). A esse respeito, é digno de nota que embora cerca de 75% do território da Colômbia seja composto por áreas rurais, conforme indicado pelo PNUD em 2011, aproximadamente apenas 1% da população detém a posse de mais da metade das terras do país (CAIRO & RÍOS, 2019). O Acordo de Paz não define o “rural”¹⁶ com uma fórmula única; ao contrário, deixa claro, em diversos trechos, que ele é um território historicamente excluído, com grande diversidade social, cultural e econômica, que precisa ser transformado com justiça e equidade e cujos cidadãos devem ter voz e protagonismo nas soluções (“Acuerdo Final”, 2017).

Analisando de que forma os referenciais de paz e desenvolvimento e suas interseções se refletem no Acordo, pode-se inferir, segundo Eduardo Sánchez Iglesias e Vicente Sánchez Jiménez, que a garantia de acesso à propriedade para os camponeses é considerada a principal medida para alcançar objetivos como a construção da paz e a melhoria das condições

¹⁵ “El desarrollo y la integración de las regiones abandonadas y golpeadas por el conflicto, implementando inversiones públicas progresivas, concertadas con las comunidades, con el fin de lograr la convergencia entre la calidad de vida rural y urbana, y fortalecer los encadenamientos entre la ciudad y el campo” (Acuerdo Final”, pp. 21, 2017).

¹⁶ No “Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011” do PNUD, intitulado *Colômbia rural - Razones para la esperanza*, a definição de “rural” é a de uma realidade complexa e dinâmica, que não pode (mais) ser entendida apenas como oposta ao urbano ou como sinônimo de atraso. O “rural” é concebido como um espaço em constante transformação, onde há interações intensas com o urbano, tanto no plano econômico quanto social e cultural. Ele envolve quatro dimensões principais: i) o território; ii) a população, iii) as atividades produtivas; e iv) as relações com o mercado e o Estado. Assim, o rural não se vê atrelado apenas à localização geográfica ou a atividades agropecuárias, mas a um conjunto de relações econômicas, sociais, culturais e territoriais que o conectam com o urbano em um contínuo (“Informe Nacional”, pp. 27, 2011).

econômicas e sociais do campesinato (IGLESIAS & JIMÉNEZ, 2018). Como esses princípios, de democratização da terra e formalização do acesso progressivo à propriedade fundiária, estão dispostos no Acordo, trata-se também da construção e regularização de uma estrutura produtiva em regiões que enfrentam altos índices de pobreza e fragilidade institucional (RÍOS & GONZÁLEZ, 2021).

Ainda que se sobressaia o entendimento de que o acesso à terra é uma condição essencial para a transformação do meio rural, isso, por si só, não é suficiente. Por essa razão, prevê o Acordo que o Estado necessita elaborar e financiar planos nacionais voltados ao chamado “desenvolvimento rural integral” - mencionado expressamente no Acordo -, o que se compreende pela oferta de bens e serviços públicos como educação, saúde, lazer, infraestrutura, assistência técnica, alimentação, entre outros, com o objetivo de promover o bem-estar e a qualidade de vida da população rural¹⁷. Visando promover uma abordagem integral à construção da paz a partir dos territórios, são previstas, no documento, a expansão da infraestrutura viária, elétrica e de irrigação, além do incentivo a mecanismos de desenvolvimento social por meio da educação e da habitação (RÍOS & GONZÁLEZ, 2021).

O chamado “desenvolvimento integral do campo” é, portanto, determinante para impulsionar o desenvolvimento social e econômico equitativo do país¹⁸, segundo o documento. Esse modelo depende do equilíbrio entre as diversas formas de produção existentes, como a agricultura familiar, a agroindústria, o turismo e a agricultura comercial em larga escala. A convivência e complementaridade entre elas compreende, de um modo geral, promover a competitividade e incentivar investimentos produtivos¹⁹, para o fortalecimento da economia campesina, familiar e comunitária e sua integração ao tecido sócio-econômico nacional²⁰.

A exemplo do que se pode depreender da leitura do Acordo, Lynda Lucía Gómez Castillo reitera que o desenvolvimento territorial e seu ordenamento dependem de diversos componentes, como o meio ambiente, a população, as atividades produtivas e a governança do território. À medida que esses elementos interagem entre si, revela-se a dimensão territorial do desenvolvimento. Com base nisso, a autora propõe que o desenvolvimento territorial

¹⁷ “(...) si bien este acceso a la tierra es una condición necesaria para la transformación del campo, no es suficiente por lo cual deben establecerse planes nacionales financiados y promovidos por el Estado destinados al desarrollo rural integral para la provisión de bienes y servicios públicos como educación, salud, recreación, infraestructura, asistencia técnica, alimentación y nutrición, entre otros, que brinden bienestar y buen vivir a la población rural - niñas, niños, hombres y mujeres -” (“Acuerdo Final”, pp. 11, 2017).

¹⁸ “(...) el desarrollo rural integral es determinante para impulsar la integración de las regiones y el desarrollo social y económico equitativo del país” (“Acuerdo Final”, pp. 10, 2017).

¹⁹ Fala-se em fomento às Zonas de Reserva Campesina, reforçando o compromisso com investimentos territoriais e buscando assegurar que os pequenos produtores tenham espaço organizativo, técnico e financeiro (“Acuerdo Final”, pp. 104, 2017), e em estímulos à economia solidária e cooperativa, com ferramentas concretas (subsídios, assistência técnica, crédito, etc.) para integrar à pequena produção à economia nacional (“Acuerdo Final”, pp. 28, 2017).

²⁰ “El desarrollo integral del campo depende de un adecuado balance entre las diferentes formas de producción existentes - agricultura familiar, agroindustria, turismo, agricultura comercial de escala -; de la competitividad y de la necesidad de promover y fomentar la inversión en el campo con visión empresarial y fines productivos como condición para su desarrollo; y de la promoción y fomento, en condiciones de equidad, de encadenamientos de la pequeña producción rural con otros modelos de producción, que podrán ser verticales u horizontales y en diferente escala. En todo caso se apoyará y protegerá la economía campesina, familiar y comunitaria procurando su desarrollo y fortalecimiento” (“Acuerdo Final”, pp. 11, 2017).

sustentável deve ser entendido como um processo integral, no qual as ações setoriais e territoriais se organizam tendo o território como eixo articulador, orientado por princípios de sustentabilidade ambiental, equidade, coesão social e territorial, além de uma governança democrática (CASTILLO, 2019).

Nota-se que o Acordo reflete um ponto de vista da temática de construção da paz associado ao desenvolvimento territorial, notadamente do campo, incorporando aspectos políticos, sociais e econômicos em suas provisões como vetores que auxiliam no processo de reconciliação e erradicação da violência²¹. Esses fatores estão interligados com a ideia de promover uma paz sustentável (ou sustentada) e duradoura, além da reconstrução do país, posicionando a superação do conflito armado e a redução da lacuna verificada no âmbito do desenvolvimento humano, social e econômico como principais temas da agenda nacional (TEJEDOR-ESTUPIÑAN, 2019).

Nesse contexto, emerge a noção de “paz territorial”, que aprofunda a articulação entre desenvolvimento e construção da paz ao reconhecer que não basta cessar a violência armada: é preciso transformar as condições estruturais que a tornaram possível. Essa concepção entende a paz não como um estado fixo, mas como um processo gradual de superação das desigualdades históricas por meio de mecanismos políticos e participativos (CAIRO & RÍOS, 2019). Nesse sentido, a paz territorial deve estar necessariamente vinculada à ampliação dos direitos da população e ao ajuste das assimetrias locais. Para avançar nessa direção, torna-se fundamental complementar a abordagem baseada em direitos com uma perspectiva territorial, justamente porque o conflito impactou de forma desigual os diferentes territórios. Essa transformação, portanto, exige a coordenação dos esforços institucionais e o envolvimento ativo das comunidades locais, cuja participação é condição essencial para a construção de uma paz enraizada e duradoura (JARAMILLO, 2014).

Em que pese o fato de o Acordo adotar um enfoque territorial por reconhecer que o conflito teve causas, impactos e dinâmicas profundamente enraizados em desigualdades e exclusões históricas nos territórios, especialmente nas zonas rurais, e incluir a ideia de desenvolvimento urbano-rural integrado, uma crítica apontada por Vladimir Montoya Arango et. al em relação aos termos do instrumento, no entanto, consiste no que seria um caráter ainda restringido dessa integração a estratégias voltadas predominantemente ao meio rural, o que enfraquece a proposta de um desenvolvimento territorial verdadeiramente equilibrado e articulado.

Na formulação do Acordo, haveria, segundo Arango et. al, tensões entre uma concepção tradicional e instrumental do território e uma abordagem mais crítica, que o reconhece como elemento ativo nas dinâmicas sociais (ARANGO et al., 2018). Para ele, no Acordo, o território

²¹ Nesse ponto, em linha com o pensamento de Mark Duffield explanado no primeiro capítulo, cabe novamente uma ponderação, tendo em vista que, quando se trata de segurança e desenvolvimento, há a crença de que promover o desenvolvimento necessária e automaticamente levará ao incremento da paz. Esse raciocínio ignora que, em muitos casos, políticas de desenvolvimento podem intensificar ou até gerar novos tipos de violência, especialmente no meio rural de países do Sul Global (como despejos forçados, conflitos por terra, destruição de modos de vida locais, etc.) (ROCHA DE SIQUEIRA et. al, 2022). Em contrapartida, é fundamental adotar uma perspectiva crítica e multidimensional da noção de desenvolvimento, situada e participativa, articulada com a promoção da paz, de modo a romper com visões lineares.

é frequentemente tratado como um cenário passivo, sem ser plenamente compreendido como produto e produtor de relações sociais; a ênfase está centrada no campo, reforçando a oposição tradicional entre centro urbano e periferias rurais. Ainda predomina a ideia de que o território rural precisa ser “preenchido” pela presença do Estado, como espaço vazio e abandonado (ARANGO et al., 2018).

Esse contraponto, contudo, não invalida por completo os esforços do Acordo colombiano de reconhecer o papel ativo das comunidades, mesmo que marcadamente na esfera rural, nos processos de transformação territorial. Evidencia, ao contrário, a complexidade de se construir uma paz duradoura em um país marcado por desigualdades históricas e amplia o debate sobre como articular, de maneira mais equilibrada, as dinâmicas urbanas e rurais no marco do desenvolvimento territorial.

Mesmo com lacunas, o Acordo de Paz colombiano representa uma proposta abrangente de reconstrução nacional, que vincula a construção da paz ao desenvolvimento territorial sustentável. Ao reconhecer a centralidade da questão agrária e a desigualdade no acesso à terra como raízes estruturais do conflito, o documento aposta na democratização fundiária, na promoção da economia campesina e na provisão de bens públicos como caminhos para superar a violência histórica no campo. A noção de “paz territorial” revela-se, nesse contexto, como eixo articulador das ações pactuadas, ao enfatizar a participação ativa das comunidades locais e o reconhecimento das especificidades de cada território como elementos indispensáveis para uma paz sustentável e inclusiva.

4. Marco e concepção do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a nível PDET em Chocó, Meta e Guaviare

Sabe-se que o Acordo de Paz instituiu instrumentos para concretizar o processo de paz nos territórios, entre eles, os PDET. Os Planos de Desenvolvimento com Enfoque Territorial representam um esforço rumo à transformação das regiões mais impactadas pela violência. Para tanto, contemplam a oferta de bens e serviços com vistas a promover o bem-estar das comunidades, ao mesmo tempo em que fortalecem a reconstrução da confiança e a inclusão das vozes locais. Por isso, diz-se que a participação nos PDET deve manter o foco nessa transformação de longo prazo, mas também avançar na realização de ações concretas, de curto e médio prazos, que melhorem efetivamente as condições de vida das populações (FIP, 2022).

Para a implementação dos Planos, foram priorizadas 16 sub-regiões e 170 municípios, distribuídos em 19 departamentos, com base em quatro critérios principais: i) o nível de impacto causado pelo conflito armado; ii) a presença de cultivos ilícitos e outras economias consideradas ilegais; iii) os índices de pobreza, especialmente pobreza extrema e necessidades básicas não atendidas; e iv) a fragilidade da institucionalidade local e a baixa capacidade de gestão administrativa, conforme o “Decreto Ley” 893, de 2017.

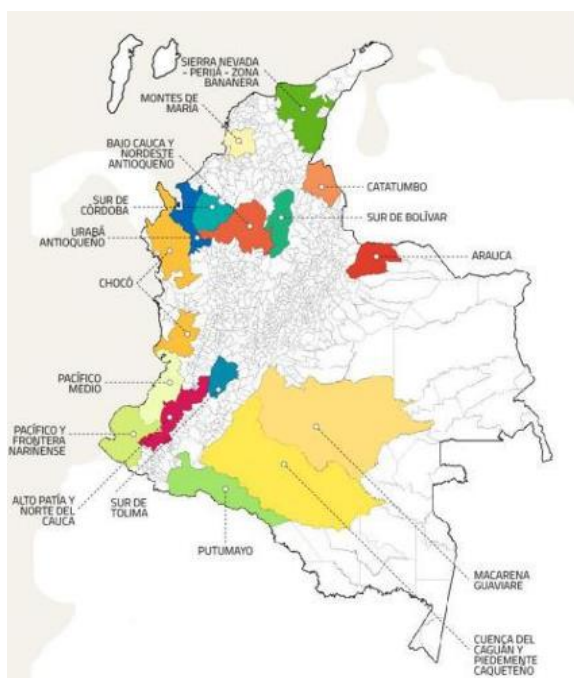


Imagem: Sub-regiões PDET.

Fonte: Relatório “Alineación del PDET con los Planes de Desarrollo Territorial”, do governo colombiano.

Nesse contexto, o “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET” para os departamentos de Chocó, Meta e Guaviare teve como objetivo apoiar a fase final da formulação dos PDET nesses locais e a execução de suas prioridades, com uma abordagem centrada no protagonismo comunitário, no fortalecimento institucional e na gestão participativa, de acordo com o documento “Informe Final del Proyecto Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare”²², elaborado em 2020 numa parceria entre as Nações Unidas e o governo colombiano. O Documento de Projeto²³, que estabelece as bases da iniciativa, informa que sua estratégia “facilita a construção dos Planos de Desenvolvimento Territorial (PDET)”, sendo, portanto, uma ferramenta complementar e inserida no contexto dos PDET, atuando como suporte social e institucional para que estes sejam efetivos.

O Programa foi originado a partir de diagnósticos interagenciais realizados, durante o primeiro semestre de 2017, de forma colaborativa entre a ART, a Defensoria Pública e a ONU, nas 23 localidades denominadas Espaços Territoriais de Capacitação e Reincorporação (ETCR), que acolhem ex-combatentes em processo de reintegração à sociedade²⁴. O propósito principal dos diagnósticos era compreender as necessidades mais urgentes das comunidades e contribuir para o fortalecimento da estabilidade nas distintas regiões, de modo a avançar com o processo de construção da paz a nível local (ONU & Gobierno de Colombia, 2020). O exercício serviu de insumo para guiar as primeiras intervenções da ART nos ETCR,

²² Disponível em: https://mptf.undp.org/sites/default/document/informe_final_confianza_y_paz_06042020.docx.

²³ Disponível em: https://mptf.undp.org/sites/default/files/documents/25000/confianza_y_paz_v_17_ene_fin.pdf.

²⁴ Fonte: <https://www.mesetas-meta.gov.co/desarrollo-economico/construccion-confianza-paz-territorial>.

especialmente em matéria de projetos produtivos, de infraestrutura comunitária e de construção dos PDET (“Documento de Projeto”, 2017).

Os três eixos do “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” seguem um modelo abrangente de estabilização comunitária com enfoque nos PDET. Esse modelo se estrutura em três componentes estratégicos, a saber: i) promoção da participação comunitária e reconciliação, por meio da construção e implementação dos PDET com a inclusão de ex-combatentes; ii) desenvolvimento de estratégias de meios de vida, tanto agrícolas quanto não agrícolas, visando à reativação econômica das comunidades; e iii) ampliação do acesso a serviços básicos essenciais, como saúde, educação, água e saneamento (“Documento de Projeto”, 2017).

Propõe-se realizar um estudo de caso centrado na análise do referido Programa implementado nos departamentos de Chocó, Meta e Guaviare, com o objetivo de compreender de que maneira as iniciativas promovidas no marco dos PDET articulam, na prática, as dimensões de paz e desenvolvimento. Ao tomar esse programa como objeto de estudo, pretende-se explorar como o nexos paz-desenvolvimento é concebido e operacionalizado no nível local, a partir da interação entre Estado, comunidades e atores envolvidos na construção da paz, permitindo observar tanto os avanços quanto os limites dessa abordagem territorializada no contexto do pós-acordo colombiano.

Em seu processo de delineamento, o “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET” previu beneficiar diretamente 85 comunidades rurais (ou “veredas”), uma população estimada de 16 mil pessoas, vivendo em sete municípios: Carmen del Darién, Riosucio e Vigía del Fuerte (no departamento de Chocó); La Macarena, Vista Hermosa e Mesetas (no Meta); e San José del Guaviare (em Guaviare). Esses sete municípios estão incluídos em duas zonas PDET: 1) PDET Chocó inclui Riosucio, Carmen del Darién e Vigía del Fuerte; e 2) PDET Meta-Guaviare inclui Vista Hermosa, Mesetas, Macarena e San José de Guaviare. Mais da metade da população vivendo nessas localidades reside em zonas rurais.

Em termos financeiros, a iniciativa foi aprovada pelo Fundo Multi-Doadores para a Paz na Colômbia²⁵, um tipo de *Multi-Partner Trust Fund* (MPTF) das Nações Unidas, em dezembro de 2017, com duração inicial prevista para 18 meses. Teve início oficial em 20 de fevereiro de 2018, com a liberação dos recursos, e foi posteriormente estendida para 25 meses, encerrando-se em 31 de março de 2020 (ONU & Gobierno de Colombia, 2020). Além disso, há contribuições, ainda, do denominado “Fondo Colombia en Paz”²⁶, criado pelo governo colombiano para viabilizar a implementação do Acordo de Paz. Seu papel é gerir, coordenar e integrar recursos e atores, com o objetivo de acelerar a atuação do Estado nos territórios e assegurar a execução do Acordo.

²⁵ Mais informações em: <https://www.fondonucol.org/elfondo>.

²⁶ Mais informações em: <https://fcp.gov.co/>.

Segundo a Teoria da Mudança elaborada no Documento de Projeto, o Programa tenciona melhorar aspectos-chave para o desenvolvimento rural nas comunidades e para a participação efetiva e igualitária da população na estruturação e execução dos PDET. Espera-se, ao final do projeto, haver-se implementado iniciativas voltadas à unidade e reconciliação, contribuindo para reduzir tensões em comunidades afetadas pelo conflito armado. Há expectativas acerca das respostas em áreas como saúde, educação, infraestrutura básica e meios de subsistência, que possam resultar em geração de confiança nas instituições públicas e promover a autonomia de grupos historicamente vulneráveis, como mulheres chefes de família, povos indígenas e comunidades afrocolombianas. Por fim, vislumbra-se que os mecanismos de controle social e comunitário e de participação cidadã tenham proporcionado espaços de diálogo e cooperação entre o Estado e as comunidades locais, facilitando o desenrolar das ações previstas nos PDET (“Documento de Projeto”, 2017).

Cabe ressaltar que a lógica geral de intervenção do Programa tem como foco iniciar o processo de reabilitação econômica e de infraestrutura nas regiões mais impactadas pela violência armada, por meio de ações integradas que promovam mercados acessíveis e transparentes. Busca-se, assim, equilibrar a participação ativa da população no desenvolvimento e reduzir o risco de que grupos vulneráveis - como jovens não inseridos no mercado de trabalho ou ex-combatentes - se voltem ou retornem a contextos de violência. As atividades do projeto envolvem soluções objetivas para as comunidades afetadas, com foco em meios de subsistência, infraestrutura básica e fortalecimento comunitário, contribuindo, também, para a participação nos PDET (“Documento de Projeto”, 2017).

Como resultado dessa grande linha de atuação, orientadora de todo o projeto, espera-se que sejam “melhoradas as condições de estabilização socioeconômica e fortalecidas as capacidades institucionais e comunitárias para o acesso a serviços básicos e a promoção da coesão social e participação comunitária nas zonas PDET em Chocó, Meta e Guaviare (sete municípios), com enfoque de gênero, direitos humanos e proteção” (ONU & Gobierno de Colombia, 2020). Ao analisar o delineamento dessa iniciativa, observa-se, ainda, menção à sustentabilidade da intervenção, estruturada em eixos que garantam impactos duradouros. Seu objetivo é promover a paz territorial e a reintegração socioeconômica de setores da população, como ex-combatentes, fortalecendo a convivência pacífica, o desenvolvimento local e a reconciliação comunitária (ONU & Gobierno de Colombia, 2020).

É notório que o Programa se ancora em uma lógica de intervenção territorializada na busca por responder, de forma integrada e sustentável, aos efeitos históricos do conflito armado nas regiões mais afetadas pelo conflito. A ênfase em beneficiar comunidades rurais específicas e em articular ações voltadas tanto ao desenvolvimento socioeconômico quanto à promoção da participação cidadã e da reconciliação demonstra uma abordagem que entende a paz para além da ideia de ausência de violência, levando em consideração, também, condições estruturais que favoreçam a convivência pacífica e o fortalecimento do tecido social, elementos centrais à noção de paz territorial (CAIRO & RÍOS, 2019).

Como forma de comparar o desempenho do projeto ao longo do tempo, realizou-se a coleta de linhas de base, com o envolvimento ativo das comunidades e autoridades locais.

Trata-se de ferramentas essenciais para o planejamento e execução eficaz dos planos de desenvolvimento territorial, conforme previsto no Documento de Projeto.

Atividades e produtos esperados “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET” Chocó, Meta e Guaviare (2018-2020)					
COMPONENTE 1: Participação, reconciliação, convivência e paz.	Produto 1: Os PDETs de Chocó e Meta-Guaviare contam com a participação ativa das comunidades prioritárias, incluindo representação de mulheres, jovens e grupos étnicos, nos âmbitos veredal, municipal e sub-regional, enquanto são empreendidas iniciativas de reconciliação e convivência.				
	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Atividade 4	Atividade 5
	Apoiar processos comunitários participativos para a construção de PDETs (fases veredal, municipal e sub-regional) e fornecer aconselhamento técnico sobre a capacidade de incidência e gestão das organizações existentes.	Apoiar iniciativas organizacionais e de resolução pacífica de conflitos para mulheres, crianças, adolescentes e vítimas.	Auxiliar na identificação, acompanhamento e monitoramento de casos de violações de direitos e vias de proteção.	Elaboração e implementação de uma estratégia de análise, monitoramento, supervisão e avaliação por parte da comunidade.	Apoiar o lançamento das Redes de Aliados Estratégicos – RAE.
COMPONENTE 2: Meios de vida agrícolas e não agrícolas.	Produto 2: As comunidades priorizadas têm estratégias de subsistência agrícolas e não agrícolas com práticas de gerenciamento de risco e acesso efetivo ao mercado para promover uma vida digna, geração de renda e integração comunitária com foco étnico, de ciclo de vida e de gênero.				
	Atividade 1	Atividade 2	Atividade 3	Atividade 4	
	Implementar um levantamento nas "veredas", em coordenação com as instituições, sobre mercados, vocação produtiva e vocação ambiental para o abastecimento das comunidades e a recuperação da biodiversidade.	Desenvolver estratégias de produção agrícola por meio de centros de demonstração para segurança alimentar e comercialização de excedentes, com ênfase em mulheres chefes de família.	Implementar estratégias de gestão de riscos para gerar meios de subsistência e recuperar conhecimento produtivo ancestral.	Gerar e fortalecer o empreendedorismo agrícola e estratégias de economias verde e laranja que promovam a competitividade, a associação territorial e a comercialização com mercados e alianças público-privadas, com ênfase nas mulheres e nos jovens.	

COMPONENTE 3: Acesso a serviços básicos.	Produto 3: As comunidades priorizadas melhoram o acesso a serviços de qualidade em educação, saúde, água, saneamento e higiene e infraestrutura comunitária com foco étnico, de ciclo de vida e de gênero, por meio de um processo coordenado e participativo com autoridades locais e nacionais.			
	Atividade 1		Atividade 2	
	Apoiar a implantação de equipes móveis de saúde e educação rural para professores, profissionais de saúde e comunidade educacional com enfoque étnico-territorial para promoção, cuidado e conscientização sobre acesso a serviços básicos e coordenação com políticas públicas setoriais.		Melhorar a infraestrutura comunitária e o fornecimento de saúde, água, saneamento, higiene e educação por meio de soluções tecnológicas apropriadas, processos participativos e coordenação com autoridades locais e regionais.	

Tabela 1: Produtos esperados e atividades. “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” (2018-2020).

Fonte: Elaboração própria, com base no “Documento de Projeto” (2017) e no “Informe Final” (ONU & Gobierno de Colombia, 2020).

Com base no exposto, o “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” representa uma iniciativa concreta que articula, de maneira integrada, os eixos de paz e desenvolvimento no contexto da implementação dos PDET. De maneira geral, a dimensão da paz está refletida na promoção da convivência pacífica, da reconciliação comunitária e da inclusão de ex-combatentes no processo de constituição territorial, por meio de ações que favorecem o fortalecimento da confiança entre as comunidades e o Estado. O desenvolvimento, por sua vez, se manifesta por meio da melhoria das condições socioeconômicas locais, com foco em projetos de infraestrutura básica, acesso a serviços essenciais e estímulo a estratégias de meios de vida sustentáveis.

Ao priorizar regiões historicamente afetadas pela violência, atravessadas pelos conflitos agrários e pela questão do acesso à terra, além da pobreza extrema, o Programa se propõe a

assumir um papel de catalisador de transformações estruturais e duradouras, ao mesmo tempo em que promove ações de curto e médio prazos que respondem a necessidades urgentes das populações. Sua lógica de intervenção propõe-se a fortalecer capacidades locais e institucionais, estimular a participação cidadã e contribuir para a materialização do Acordo.

5. Implementação do Programa de Construção de Confiança e Paz Territorial a nível PDET para Chocó, Meta e Guaviare

A seguir, o objetivo é investigar como a interseção entre paz e desenvolvimento se viu refletida na implementação do “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare”. O estudo abrangerá os três componentes do projeto detalhados na tabela 1, quais sejam, “Participação, reconciliação, convivência e paz” (componente 1); “Estratégias de meios de vida” (componente 2); e “Acesso a serviços básicos” (componente 3).

O estudo desses três componentes permitirá observar como as esferas políticas, econômicas e sociais se vinculam na implementação de ações institucionais e comunitárias, ilustrando as formas pelas quais os princípios de paz e desenvolvimento e o vínculo entre eles estiveram ou não traduzidos em práticas concretas nos territórios priorizados. Parte-se do reconhecimento de que as noções de paz e desenvolvimento orientaram a formulação da iniciativa, sendo agora importante compreender como foram operacionalizadas na execução do projeto. Nesse esforço analítico, haverá, ainda, atenção à estratégia de sustentabilidade do Programa, bem como à identificação de lacunas e à problematização dos principais desafios enfrentados durante sua implementação.

A análise estará calcada nos resultados descritivos e indicadores do projeto e utiliza dois informes finais, ambos de 2020: o primeiro deles é o “Informe Final del Proyecto Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare”, organizado pela ONU e o governo colombiano; e o segundo é o “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare - Informe Final”, de autoria da ONU e do Secretariado Nacional de Pastoral Social (SNPS)²⁷, conhecido como Cáritas Colombiana. Os relatórios apresentam a descrição qualitativa de como cada resultado foi alegadamente alcançado e expõe, ainda, os dados quantitativos relacionados. Ambos os documentos apresentam uma perspectiva institucional, mas com enfoques distintos. O primeiro oferece uma visão estratégica e consolidada dos resultados do programa como um todo, incluindo avaliação de indicadores e lições aprendidas. Já o segundo trata da execução técnica das ações implementadas pela Cáritas Colombiana nos territórios, com uma abordagem mais operativa, centrada nas metodologias aplicadas e nos resultados específicos alcançados.

Cabe ressaltar que esses relatórios são fontes primárias produzidas, conforme mencionado, por organizações diretamente envolvidas na condução do Programa, como a

²⁷ Disponível em: <https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/COL/Informe%20Final%20SNPS%20-%20CC%20Programa%20Confianza%20y%20Paz%20Territorial-30052020.pdf>.

ONU, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, a exemplo da Cáritas Colombiana. Embora ofereça subsídios valiosos sobre objetivos, estratégias e cifras declaradas, sua natureza institucional pode implicar limitações quanto à imparcialidade da análise de resultados, especialmente no que se refere a desafios, desdobramentos negativos ou lacunas de execução.

a. Componente 1: Participação, reconciliação, convivência e paz

i. Apresentação de resultados do componente 1

Produto 1: Os PDET de Chocó e Meta-Guaviare contam com a participação ativa das comunidades prioritárias, incluindo representação de mulheres, jovens e grupos étnicos, enquanto são empreendidas iniciativas de reconciliação e convivência.

Resultados gerais

Participação comunitária e iniciativas de reconciliação

a) Participação cidadã e construção de confiança: elaborados 14 PDET em Chocó com a participação de 2.520 pessoas. Acordos municipais e sub-regionais, firmados entre o governo e comunidades para implementar os termos do Acordo de Paz em nível mais detalhado, envolveram a população em Nariño e outras regiões. Em Chocó, comunidades étnicas reuniram-se em “espaços de confiança”, em que se discutiu a percepção de território e a priorização de necessidades.

b) Iniciativas de reconciliação e convivência: realizadas 11 ações culturais e esportivas nos territórios de reincorporação e comunidades vizinhas (ex: festivais, torneios de futebol, encontros interétnicos) nos departamentos de Chocó, Meta e Guaviare. Três seminários de paz e reconciliação com 335 participantes promoveram o diálogo entre ex-combatentes e comunidades.

Apoio a mulheres, crianças, jovens e vítimas

a) Proteção de crianças e jovens: criação de parques, quiosques e estruturas educativas no Rio Arquía e escola indígena em Vigía del Fuerte, fortalecendo entornos protegidos para infância e adolescência. Formação de lideranças e apoio a plataformas juvenis em Chocó, Meta e Guaviare (construção de capacidades técnicas e políticas e participação em processos de compreensão da territorialidade).

b) Mulheres: implantação de três bancos comunitários femininos com capacitações para autonomia econômica; capitalização de 15 iniciativas econômicas de mulheres; construção de rotas comunitárias²⁸ de prevenção à violência baseada em gênero e de acesso à justiça com enfoque rural; formação em direitos, gênero e liderança com mulheres afrodescendentes em Riosucio.

c) Vítimas e idosos: apoio à realização de Mesas Municipais de Vítimas e de encontros com idosos no Rio Arquía, para reconhecimento de seus direitos.

Justiça local

Sistemas locais de justiça: adaptação participativa do *modus operandi* do sistema de justiça para a realidade rural, com mapeamento e exercícios de resolução de conflitos, estruturação de rotas de proteção e divulgação à comunidade. Conduzidas oficinas junto a ex-combatentes e comunidades sobre o funcionamento da Comissão da Verdade, da Jurisdicción Especial para la Paz e da Unidade de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Monitoramento e articulação política

a) Comitês Dinamizadores: formação e fortalecimento de comitês multissetoriais (jovens, mulheres, ex-combatentes, líderes locais), com planos para atuação das comunidades em problemáticas locais e uso de

²⁸ As rotas comunitárias de atenção se referem a mecanismos e procedimentos concebidos para garantir o acesso a direitos e serviços para populações específicas afetadas pelo conflito armado e para assegurar a implementação do Acordo. Essas vias buscam atender às necessidades específicas de diferentes grupos, como vítimas do conflito, defensores de direitos humanos e pessoas LGBTQIAPN+, entre outros. Mais informações: <https://www.minjusticia.gov.co/programas-co/sistemas-locales-justicia/Documents/Cartillas/F%29%20MODULO%20RUTAS.pdf>.

aplicativo visando ao monitoramento comunitário dos PDET.			
b) Incidência política: elaboração de agendas comunitárias e articulação política para que fossem incorporadas necessidades das comunidades a planos de desenvolvimento municipal.			
c) Redes de Aliados Estratégicos (RAE): lançamento de 11 redes, espaços de concertação multisetorial, com mais de 400 atores e 280 organizações, promovendo troca de conhecimentos, fortalecimento de iniciativas locais e elaboração de uma visão comum de desenvolvimento territorial.			
Indicadores		Beneficiários previstos x alcançados	Meios de verificação
1	Nº de pessoas que participam ativamente nos processos dos PDET para estabilização socioeconômica e coexistência pacífica.	Previstas: 8.710 pessoas. Alcançadas: 28.380 pessoas ²⁹ .	1) Relatórios de monitoramento e de agências. 2) Listas de presença. 3) Registros em audiovisual (fotos e vídeos). 4) Acordos municipais e sub-regionais no âmbito dos PDET.
2	Porcentagem de mulheres que reconhecem que suas capacidades de liderança e de reivindicação de direitos foram fortalecidas.	Previstas: 2.900 mulheres. Alcançadas: 2.584 mulheres. O programa previa beneficiar ao menos 2.320 mulheres, representando 80% da meta (objetivo tido como alcançado).	

Tabela 2: Resultados gerais do componente 1 do projeto “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” (2018-2020).

Fonte: Elaboração própria, com base nos informes finais produzidos em 2020.

ii. Análise de resultados e da articulação entre paz e desenvolvimento no componente 1

Os resultados do componente 1 mostram-se inclinados a uma abordagem integrada que vincula os eixos “paz” e “desenvolvimento”. Este último apresenta-se como um processo multiescalar e participativo, que ultrapassa a esfera infraestrutural e incorpora elementos de convivência e reconciliação, justiça social, fortalecimento comunitário e inclusão de populações minorizadas. Pela análise dos dados, nota-se que o desenvolvimento territorial se manifesta como um processo estruturante de reconstrução política e social, no qual a noção de paz também se expressa, associada à mobilização de capacidades locais e à transformação das relações no território.

O envolvimento das comunidades no desenho dos PDET, bem como a viabilização de espaços de troca acerca de percepções e prioridades locais, demonstram que o planejamento territorial se traduz numa ferramenta de aproximação entre a população e a administração pública. Essas ações constituem um esforço para restaurar a confiança institucional e revelam, em termos práticos, a interseção entre paz e desenvolvimento numa perspectiva territorial:

²⁹ Aplicando a desagregação por gênero e idade, dados igualmente disponíveis no Informe Final elaborado pelas Nações Unidas e pelo governo colombiano, são 3.100 homens, 2.900 mulheres, 1.350 meninas e 1.360 meninos previstos e 8.837 homens, 8.516 mulheres, 5.240 meninas e 5.787 meninas beneficiados (ONU & Gobierno de Colombia, 2020).

enquanto a primeira pode ser observada na reconstrução dos vínculos sociais e na valorização das vozes locais, o segundo se materializa na capacidade das comunidades de gerir, incidir politicamente e gerar transformações enraizadas em seus próprios territórios, o que favorece a convivência pacífica e a integração social (CAIRO & RÍOS, 2019).

As iniciativas de reconciliação e convivência, como festivais culturais, torneios esportivos e seminários interétnicos, operam como mecanismos simbólicos e práticos de reparação e reconstrução do tecido social, ao promoverem o reencontro entre ex-combatentes e comunidades. Essas atividades ilustram, na prática, a interseção entre paz e desenvolvimento, na medida em que contribuem simultaneamente para a superação de impactos do conflito e para o fortalecimento de vínculos sociais e culturais que sustentam processos de transformação territorial. Ao reconfigurar as dinâmicas locais, auxiliam na promoção de novas formas de convivência baseadas no respeito à memória e à valorização dos cidadãos do território. Essa perspectiva está em consonância com a noção de paz positiva proposta por Galtung, que compreende a paz como a presença de relações sociais justas e integradoras, voltadas à transformação estrutural e cultural dos conflitos (OLIVEIRA, 2017; ROCHA DE SIQUEIRA et al., 2022).

Outro componente relevante é o que se relaciona ao fortalecimento de grupos sociais específicos, como mulheres, jovens, crianças, vítimas e idosos. A implementação de bancos comunitários femininos, a capitalização de iniciativas econômicas lideradas por mulheres e a construção de rotas de prevenção à violência baseada em gênero aliam empoderamento econômico à promoção de direitos. Trata-se de medidas que contribuem para a superação de desigualdades estruturais e violências históricas. Da mesma forma, as ações voltadas à infância e juventude, tais como a construção de escolas e parques, além do apoio a lideranças juvenis, criam condições para o desenvolvimento humano em sentido amplo, promovendo capacidades, segurança e pertencimento. Essas iniciativas evidenciam, em nível local, como determinadas intervenções podem simultaneamente fomentar inclusão social e prevenir a reprodução de ciclos de violência, ao fortalecer os vínculos comunitários e ampliar as oportunidades para diferentes grupos etários. Tais elementos se articulam a concepções teóricas que entendem paz e desenvolvimento como processos interdependentes e mutuamente reforçados.

No campo da justiça, a adaptação participativa de sistemas às realidades rurais e as ações formativas sobre os mecanismos do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição contribuem para a institucionalização da paz, por meio do reconhecimento das vítimas e do acesso à justiça. Esses processos, articulados com os esforços de monitoramento comunitário, incidência política e criação de Redes de Aliados Estratégicos, demonstram uma aposta em formas sustentáveis de governança territorial, ancoradas na concertação entre distintos atores locais. Essa abordagem coaduna-se com concepções ampliadas de paz e desenvolvimento, como a “paz positiva” (OLIVEIRA, 2017; ROCHA DE SIQUEIRA et al., 2022) e o “desenvolvimento integral” (PIETERSE, 2020; BLUMENSCHNEIN, 2017), que rejeitam reducionismos de cunho econômico ou securitários e enfatizam a centralidade da justiça social, da participação cidadã e da transformação estrutural dos territórios na construção de uma paz duradoura.

A experiência do componente 1 contribui, portanto, para compreender como o nexo paz-desenvolvimento é operacionalizado no marco do Acordo de Paz colombiano. A convivência pacífica mostra-se atrelada ao acesso a direitos, à valorização das vozes locais e à criação de condições materiais e simbólicas para a vida digna e a reconciliação.

b. Componente 2: Meios de vida agrícolas e não agrícolas

i. Apresentação de resultados do componente 2

Produto 2: As comunidades priorizadas têm estratégias de subsistência agrícolas e não agrícolas com práticas de gerenciamento de risco e acesso efetivo ao mercado para promover uma vida digna, geração de renda e integração comunitária com foco étnico, de gênero e de ciclo de vida.

Resultados gerais

Diagnóstico e planejamento

- a) Coleta de dados (aplicação de linha de base) sobre condições familiares, práticas produtivas e acesso a mercados, entre outros. Foram realizadas 355 pesquisas nos três departamentos.
- b) Estudos de mercado identificaram linhas produtivas locais e organizações de base.
- c) Pesquisas de saída (após implementação de medidas) avaliaram mudanças em segurança alimentar e renda dos beneficiários.

Centros Demonstrativos e práticas agrícolas

Estabelecimento de CDC (Centros de Capacitação Demonstrativos) para fomento da produção diversificada e promoção da segurança alimentar. Implementação de práticas nas propriedades ou comunidades dos participantes, permitindo multiplicar o impacto da capacitação inicial para outras famílias ou vizinhanças.

Feiras e mercados campesinos

Estabelecimento de feiras agropecuárias, com alianças comerciais, e de mercados campesinos, promovendo a venda direta e o fortalecimento comunitário.

Fortalecimento técnico e produtivo

Criação de Escolas de Campo para Agricultores, sobre produção agrícola e pecuária. Capacitações em plantio, colheita, pós-colheita e manejo sustentável.

Gestão de riscos e resgate de saberes ancestrais

Planos de gestão de riscos agroclimáticos foram elaborados em colaboração com governos locais. Capacitação das comunidades e promoção de práticas tradicionais. Troca de sementes nativas, promoção da soberania alimentar e comercialização de excedentes.

Empreendimentos agrícolas e não agrícolas

Apoio a empreendimentos de economia verde, voltada para o desenvolvimento sustentável, e laranja, focada nas indústrias criativas, como cultura, artes e inovação, com ênfase em mulheres e jovens. Desenvolvidos planos de negócios e módulos formativos, estabelecidas alianças comerciais, realizadas doações de pequena escala para negócios locais.

Compartilhamento de conhecimentos

Visitas técnicas, realizadas por produtores, técnicos ou membros de organizações comunitárias a outros territórios, experiências produtivas ou instituições, para intercâmbio de experiências, articulação com aliados estratégicos e consolidação de redes de comercialização.

Indicadores		Beneficiários previstos x alcançados	Meios de verificação
1	Nº de famílias que melhoram sua segurança alimentar e	Previstas: 2.500 pessoas/ 2.500 famílias.	1) Relatórios de monitoramento e de agências.

	relatam aumento em seus rendimentos.	Alcançadas: 3.561 pessoas/ 2.091 famílias. Diz-se no informe que a meta era alcançar 2 mil famílias, portanto, o resultado alegadamente superou esse número.	2) Listas de presença. 3) Registros em audiovisual (fotos e vídeos). 4) Acordos municipais e sub-regionais dos PDET.
2	Nº de mulheres que obtêm melhor renda e acesso a meios de subsistência agrícolas e não agrícolas.	Previstos: 3.136 mulheres. Alcançados: 1.725 mulheres. 1.725 mulheres relataram melhora na renda e acesso a meios de subsistência agrícolas e não agrícolas. A avaliação foi feita por meio de uma pesquisa de percepção nos três territórios, na qual as mulheres indicaram aumento de renda e melhor acesso a alimentos. A não realização total da meta, de acordo com o informe, pode estar relacionada a censos desatualizados usados na definição da linha de base.	

Tabela 3: Resultados gerais do componente 2 do projeto “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” (2018-2020).

Fonte: Elaboração própria, com base nos informes finais produzidos em 2020.

ii. Análise de resultados e da articulação entre paz e desenvolvimento no componente 2

A implementação de estratégias de meios de vida sustentáveis, tanto agrícolas quanto não agrícolas, atua diretamente sobre fatores estruturais que historicamente alimentam o conflito, como a pobreza, o acesso à terra e seus usos, a exclusão social e a escassez de oferta de serviços públicos, conforme discorrido no capítulo 2 deste trabalho. As ações descritas na tabela 3, como o fortalecimento de capacidades produtivas, a diversificação econômica e o resgate de saberes tradicionais visam melhorar a segurança alimentar e a renda das famílias, além de reforçar a autonomia das comunidades e sua capacidade de autogestão. Tais práticas fortalecem os pilares da paz territorial, conforme destacado por Heriberto Cairo e Jerónimo Ríos (CAIRO & RÍOS, 2019) e Sergio Jaramillo (JARAMILLO, 2014), ao enfatizarem que a participação ativa das comunidades e o reconhecimento das especificidades locais são fatores importantes para a construção de uma paz sustentável.

De saída, chamam a atenção as ações de diagnóstico e planejamento, como a coleta de dados socioeconômicos e pesquisas de avaliação, que refletem um esforço metodológico importante para compreender o território e suas especificidades, alinhado à noção de desenvolvimento territorial integral explanada por Lynda Lucía Gómez Castillo (CASTILLO, 2019) e à perspectiva ampliada de desenvolvimento discutida por Fernando Blumenschein (BLUMENSCHIN, 2017). O conhecimento obtido e, em seguida, aplicado à realidade local serve de base para intervenções mais precisas, permitindo que o desenvolvimento deixe de ser

uma agenda imposta e passe a ser construído conjuntamente com os sujeitos do território, aspecto que reforça a dimensão coletiva da paz territorial (CAIRO & RÍOS, 2019; JARAMILLO, 2014).

As iniciativas de fortalecimento produtivo, como os Centros Demonstrativos, as Escolas de Campo e as capacitações em manejo agrícola e pecuário, revelam que o desenvolvimento é pensado como um meio para a autonomia econômica. São ações que tencionam incrementar capacidades e promover formas de subsistência sustentáveis, que respeitem os ciclos de vida, as identidades culturais e os vínculos com a terra. Ao mesmo tempo, favorecem a construção de laços sociais mais cooperativos, fundamentais para a convivência pacífica e para a prevenção de novas dinâmicas de conflito.

Nesse contexto, o apoio a feiras campesinas, alianças comerciais e empreendimentos de economia verde e laranja mostra a tentativa de consolidar cadeias de valor locais e alternativas econômicas que combinem geração de renda com identidade cultural e sustentabilidade. O estímulo à comercialização direta e ao intercâmbio entre territórios amplia as oportunidades econômicas e fortalece redes de solidariedade e corresponsabilidade, dimensões por vezes negligenciadas nas abordagens tradicionais de desenvolvimento, mas cruciais para a construção de uma paz enraizada nos territórios (OLIVEIRA, 2017).

Por fim, importa também destacar que a ênfase em práticas de gestão de riscos agroclimáticos e no resgate de saberes ancestrais articula o passado e o futuro do território, conectando o conhecimento tradicional às exigências contemporâneas de resiliência climática e sustentabilidade. Essa abordagem aponta para a ideia de que desenvolvimento e paz territorial não se constroem apenas com recursos técnicos e econômicos, mas com respeito à história, aos modos de vida e à agência das comunidades locais.

Em síntese, os resultados do componente 2 mostram que o nexo entre paz e desenvolvimento é abordado na prática por meio de estratégias que reconhecem o território como sujeito ativo, valorizam a diversidade e promovem formas de vida dignas, sustentáveis e integradas; o desenvolvimento territorial pode ser interpretado, assim, como um meio para consolidar a paz.

c. Componente 3: Acesso a serviços básicos

i. Apresentação de resultados do componente 3

Produto 3: As comunidades priorizadas melhoram o acesso a serviços de qualidade em educação, saúde, água, saneamento e higiene e infraestrutura comunitária, com foco étnico, de ciclo de vida e de gênero, por meio de um processo coordenado e participativo com autoridades locais e nacionais.

Resultados gerais

Saúde e educação rural

Realizadas jornadas de atenção primária à saúde, com 1.220 pessoas atendidas. Atuação em áreas com enfoque étnico-territorial, envolvendo docentes, agentes de saúde e comunidades.

Acesso à água potável

Entrega de filtros a 680 famílias, garantindo acesso a água segura. Formação de Comitês Comunitários de Água para fortalecimento da gestão comunitária. Elaboração de plano de assistência técnica para autoridades locais em políticas de água e saneamento.

Educação

Implementação da estratégia “Protegendo Trajetórias Educativas” em escolas, beneficiando 3.650 crianças e adolescentes. A iniciativa é voltada a garantir a continuidade e a qualidade da educação de crianças e adolescentes em contextos vulneráveis, por meio de ações como fortalecimento pedagógico, apoio psicossocial e articulação com comunidades e famílias.

Infraestrutura comunitária

Realizadas 17 obras de infraestrutura: instalação de baterias sanitárias escolares (conjuntos de banheiros e lavatórios), refeitórios em escolas de comunidades indígenas, melhorias em postos de saúde (Brisas e Charras, em Guaviare) e construção de aquedutos.

Indicador	Beneficiários previstos x alcançados	Meios de verificação
Porcentagem de pessoas com acesso a serviços de educação, saúde, água, saneamento e higiene e infraestrutura produtiva.	Previstos: 14.500 pessoas. Alcançados: 8.215 pessoas. Estava prevista como meta que pelo menos 5 mil pessoas (50%) tivessem acesso a serviços básicos. O resultado, afirma o informe, superou a meta, alcançando 8.215 pessoas com acesso a pelo menos um serviço básico (educação, saúde, água e saneamento ou higiene). Outras 5.239 pessoas foram beneficiadas indiretamente pelas obras nos departamentos de Chocó, Meta e Guaviare.	1) Relatórios de monitoramento e de agências. 2) Listas de presença. 3) Registros em audiovisual (fotos e vídeos). 4) Acordos municipais e sub-regionais dos PDET.

Tabela 4: Resultados gerais do componente 3 do projeto “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” (2018-2020).

Fonte: Elaboração própria, com base nos informes finais produzidos em 2020.

ii. Análise de resultados e da articulação entre paz e desenvolvimento no componente 3

No componente 3, o acesso a serviços básicos é tratado como resposta técnica a carências estruturais e também instrumento para a construção da paz. Nele, há uma demonstração de como a interseção entre paz e desenvolvimento é mobilizada na prática, por meio da tentativa de garantia e ampliação do acesso a direitos básicos, em territórios marcados pela exclusão e pela violência. A execução das ações em saúde, educação, acesso à água e infraestrutura comunitária reforça a compreensão de que a paz territorial está diretamente associada à presença da administração pública e à garantia de condições mínimas para uma vida digna, em articulação com as necessidades definidas pelas próprias comunidades.

As jornadas de atenção primária à saúde, realizadas com enfoque étnico-territorial, e a atuação conjunta com docentes, agentes de saúde e lideranças locais revelam uma estratégia

voltada à prestação de serviços e à tentativa de criação de vínculos duradouros entre distintos atores locais. Essa dimensão relacional vincula-se à paz territorial, que passa por processos como construção de confiança, reconhecimento da diversidade cultural e fortalecimento da convivência no território.

A entrega de filtros para acesso à água potável e a formação de Comitês Comunitários de Água ilustram a combinação entre provisão de infraestrutura e fortalecimento da gestão comunitária, dois pilares do desenvolvimento territorial sustentável. Ao promover o protagonismo local na gestão dos recursos hídricos, a iniciativa contribui para ampliar a autonomia das comunidades e reforçar o senso de corresponsabilidade sobre os bens comuns, aspectos relevantes para consolidar relações pacíficas e cooperativas no território.

No campo da educação, os dados fazem crer que a estratégia “Protegendo Trajetórias Educativas” vai além da permanência escolar, ao integrar fortalecimento pedagógico e articulação entre escola, famílias e comunidade. Isso demonstra um entendimento de desenvolvimento que incorpora dimensões materiais e, adicionalmente, subjetivas e relacionais, importantes para promover a inclusão e a prevenção de novas formas de exclusão ou vulnerabilidade. Do mesmo modo, as obras de infraestrutura, voltadas a unidades escolares e postos de saúde, respondem a *déficits* históricos e contribuem para o enraizamento da presença institucional nos territórios. Embora muitas vezes vistas como intervenções técnicas, tais obras assumem um valor simbólico importante ao materializarem a atenção estatal em localidades anteriormente negligenciadas, promovendo a revalorização do espaço vivido e fomentando o sentimento de pertencimento e dignidade coletiva.

O componente 3 ilustra como a provisão articulada de serviços básicos pode impulsionar transformações estruturais nos territórios, ao associar acesso a direitos, protagonismo comunitário e presença qualificada da administração pública. Essa abordagem dialoga com a noção de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, ao ampliar as capacidades reais das pessoas e favorecer condições de pertencimento, segurança e participação (SILVA, S/d.). Também se insere na perspectiva de desenvolvimento territorial integrado, de Blumenschein (2017), ao reconhecer o território como espaço ativo de construção de soluções coletivas e sustentação de uma paz enraizada no cotidiano e nos territórios.

d. Outros indicadores relevantes

Produto (“Efecto del Fondo al cual el programa/proyecto contribuirá”): O processo de reabilitação econômica e de infraestrutura é iniciado nos territórios mais afetados pelo conflito armado por meio de intervenções integrais que geram mercados transparentes e acessíveis e, ao mesmo tempo, coesão social e territorial, que criam um equilíbrio na participação dos cidadãos no desenvolvimento e que reduzem o risco de que populações específicas sejam (re)vinculadas a dinâmicas de violência.		
Indicador	Beneficiários previstos x alcançados	Meios de verificação
Porcentagem de beneficiários que reconhecem que sua qualidade de	Previstos: 23.300 pessoas. Alcançados: 28.380 pessoas.	1) Relatórios de monitoramento e de agências.

vida melhorou (percepção da população sobre a melhora da qualidade de vida).	A meta prevista era que, ao final do projeto, pelo menos 80% das 12.800 pessoas beneficiadas reconhecessem uma melhoria na qualidade de vida. Esse objetivo foi alcançado: 80% da população-alvo relatou melhorias.	2) Listas de presença. 3) Registros em audiovisual (fotos e vídeos). 4) Acordos municipais e sub-regionais dos PDET.
--	---	--

Tabela 5: Indicadores do “Efecto del Fondo” do projeto “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” (2018-2020).

Fonte: Elaboração própria, com base nos informes finais produzidos em 2020.

Produto (“Sub-Resultado 1”): São melhoradas as condições de estabilização socioeconômica e fortalecimento das capacidades institucionais e comunitárias para o acesso a serviços básicos e a promoção da coesão social e da participação comunitária nos sete municípios, com foco em gênero, direitos humanos e proteção.		
Indicador	Beneficiários previstos x alcançados	Meios de verificação
Número de pessoas que melhoram suas condições de vida por meio da participação em iniciativas de estabilização socioeconômica territorial.	Previstos: 23.300 pessoas. Alcançados: 28.380 pessoas. Estava previsto que pelo menos 8 mil seriam beneficiadas pelos três componentes do programa. No entanto, 28.547 pessoas foram alcançadas, superando a meta em 78,4%.	1) Relatórios de monitoramento e de agências. 2) Listas de presença. 3) Registros em audiovisual (fotos e vídeos). 4) Acordos municipais e sub-regionais dos PDET.

Tabela 6: Indicadores do “Sub-Resultado 1” do projeto “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” (2018-2020).

Fonte: Elaboração própria, com base nos informes finais produzidos em 2020.

Subentende-se, a partir dos informes, que os indicadores acima sejam globais no marco do projeto e norteadores das ações nos três componentes e, tendo essa natureza, é emblemático que ambos trabalhem a dimensão da melhora nas condições/qualidade de vida da população. Isso ajuda a evidenciar que o desenvolvimento é entendido como um processo integral num projeto articulado no marco de um Acordo de Paz, que atua simultaneamente sobre fatores como reabilitação da economia local e estímulo a dinâmicas produtivas sustentáveis; participação cidadã, equidade e confiança nas instituições públicas; e acesso a serviços básicos, o que contribui para prevenir novas exclusões. Esse arranjo leva a crer que o desenvolvimento é pensado como base da estabilização socioeconômica e da prevenção da violência, que se associam à noção de paz territorial.

e. Estratégia de sustentabilidade do projeto e sua relação com paz e desenvolvimento

O projeto previu uma estratégia de sustentabilidade na intenção de viabilizar o seguimento das ações e o protagonismo dos territórios na consolidação da paz e do

desenvolvimento. Para tanto, apoia-se em fatores como o fortalecimento de capacidades locais e institucionais, a concertação entre diferentes atores e o incentivo da apropriação comunitária das ações. A seguir, são apresentados os eixos que compõem essa estratégia:

1. **Capacitação e protagonismo comunitário:** contribui para promover o desenvolvimento com participação social e sustentar dinâmicas de paz ao empoderar atores locais;
2. **Alianças com instituições públicas:** auxilia na integração entre sociedade civil e Estado, relevante para a construção da paz territorial;
3. **Sustentação de meios de vida:** o apoio à continuidade de empreendimentos produtivos reflete estratégias de desenvolvimento econômico sustentável, alinhadas à estabilização e à superação de desigualdades;
4. **Acesso a serviços básicos e infraestrutura:** ações como a criação de comitês comunitários de água, a entrega de obras escolares com capacitação para uso e manutenção e a integração das melhorias em saúde nas redes públicas evidenciam o esforço em universalizar serviços essenciais, fatores-chave para o desenvolvimento e a paz;
5. **Eventos de fechamento e apropriação dos resultados:** a socialização dos resultados com autoridades e comunidades e a entrega de instrumentos técnicos demonstram o compromisso com a memória institucional e apropriação local.

f. Lacunas na implementação do projeto

A partir das lições aprendidas durante a execução do Programa, listadas no “Informe Final del Proyecto Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare”, organizado pela ONU e o governo colombiano, é possível identificar uma série de lacunas que impactaram diretamente a efetividade das ações propostas. Esses desafios não se restringem a questões operacionais ou de gestão, mas revelam obstáculos estruturais à articulação entre desenvolvimento e paz territorial, com raízes em fatores históricos, políticos, institucionais ou socioculturais. Trata-se de entraves que vão além de falhas pontuais na execução das ações, e que dizem respeito, por exemplo, à marginalização histórica de determinados territórios, à ausência de uma presença estatal coordenada, ou ainda à baixa valorização dos saberes e formas de organização locais.

Importa, para fins deste trabalho, compreender tais limitações a fim de verificar em que medida foi possível traduzir, na prática, a interseção entre paz e desenvolvimento nos territórios envolvidos. Nesse sentido, a seguir, apresenta-se uma tabela que sintetiza como cada uma dessas lacunas prejudica a concretização do nexos. A análise destaca os impactos imediatos na implementação e suas implicações para a construção de uma paz sustentável, inclusiva e

territorializada. Trata-se, portanto, de um esforço para compreender como a prática evidencia as dificuldades e a necessidade de integrar de forma coerente e sensível os objetivos de transformação social e reconciliação territorial.

Lacuna identificada	Descrição	Impactos práticos	Implicações no nexo paz-desenvolvimento
1. Falta de articulação institucional e sobreposição de ações.	Ausência de coordenação entre diferentes instituições e projetos atuando no mesmo território.	Duplicidade de esforços, desperdício de recursos, perda de foco.	Enfraquece a confiança nas instituições e prejudica a coordenação necessária entre ações de paz e desenvolvimento.
2. Sobrecarga de atividades e disputa entre projetos.	Excesso de encontros e atividades simultâneas com as comunidades, promovidas por diferentes agentes.	Desgaste entre os cidadãos, menor adesão, confusão sobre papéis.	Dificulta a participação social qualificada e mina os vínculos de corresponsabilidade.
3. Desalinhamento temporal entre instituições e comunidades.	Descompasso entre os prazos institucionais e os ritmos próprios das comunidades.	Atrasos, retrabalho, perda de sincronia nas ações.	Compromete a fluidez dos processos e gera desconfiância, afetando tanto o desenvolvimento quanto a paz.
4. Planejamento sem escuta ou construção de consensos prévios.	Falta de diálogo inicial com lideranças e organizações locais antes da implementação.	Menor apropriação local, resistências ou boicote às ações.	Reduz a legitimidade e sustentabilidade dos resultados, fundamentais para a paz territorial.
5. Fragmentação de responsabilidades entre agências.	Divisão pouco clara de funções técnicas e financeiras entre as agências envolvidas.	Lentidão, conflitos de atribuição, baixa eficiência.	Dificulta a execução integrada, reduz a efetividade e compromete metas conjuntas de paz e desenvolvimento.
6. Baixa valorização do conhecimento e da mão-de-obra local.	Pouco aproveitamento de profissionais, saberes e experiências do território.	Curva de aprendizagem lenta, menor inserção comunitária.	Enfraquece a dimensão territorial do desenvolvimento e o protagonismo local necessário à paz.
7. Falta de estratégias para garantir a participação das mulheres, especialmente mães.	Ausência de soluções para que mulheres com filhos pequenos possam participar dos processos.	Baixa adesão feminina, evasão de espaços formativos.	Reforça desigualdades e limita o caráter inclusivo do desenvolvimento, fundamental para a paz positiva.
8. Inflexibilidade nos métodos e cronogramas frente às dinâmicas locais.	Adoção de lógicas institucionais padronizadas sem adaptação aos contextos locais.	Desconexão com a realidade local e desmobilização.	Reduz a eficácia das ações e fragiliza o vínculo com as comunidades, aspecto relevante para a paz territorial.
9. Participação comunitária	Convocações	Percepção de inutilidade	Prejudica a legitimidade

simbólica ou fragmentada.	participativas com pouco impacto real nas decisões e nas ações.	dos espaços participativos.	institucional e impede a construção conjunta de soluções para a paz.
10. Invisibilização de juventudes e saberes tradicionais.	Pouca inclusão ativa de jovens, crianças e conhecimentos ancestrais nos processos.	Perda de engajamento e desvalorização de identidades e memórias.	Compromete a reconstrução do tecido social e o enraizamento da paz no território.
11. Fragilidade na dinamização da economia local.	Baixa articulação com economias e cadeias produtivas do próprio território.	Falta de impacto econômico real, baixa geração de renda.	Reduz o potencial transformador do desenvolvimento e mina as bases materiais da paz.

Tabela 7: Lacunas na implementação do projeto “Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare” (2018-2020).

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações retiradas do Informe Final de 2020 elaborado pela ONU e o governo da Colômbia.

Ainda, durante a execução do Programa, foram enfrentados atrasos e readequações devido à mudança de governo, desencontros nos procedimentos entre agências, dificuldades na focalização territorial, falta inicial de pessoal qualificado e parceiros locais, além de fatores climáticos e restrições de segurança, conforme apontado pelo relatório elaborado por ONU e governo da Colômbia. Tais desafios impactaram o andamento das atividades, exigindo prorrogações de prazo e replanejamento.

As dificuldades verificadas, por um lado, se traduzem em desafios operacionais pontuais, mas também, por outro, consistem em entraves estruturais profundos, que comprometem a articulação entre as dimensões da paz e do desenvolvimento. A ausência de coordenação institucional, a sobreposição de iniciativas, a sobrecarga de reuniões e a competição entre projetos geram desperdício de recursos, enfraquecem a confiança nas instituições e produzem desmobilização comunitária. Tais obstáculos evidenciam a necessidade de estratégias adaptativas, planejamento sensível às dinâmicas locais, presença territorial contínua e governança compartilhada, de modo a evitar a reprodução de lógicas centralizadoras e exclusões históricas, e tornar viável, na prática, a efetivação de um modelo integrado de paz e desenvolvimento.

Um ponto crítico apontado no relatório é o desalinhamento entre os tempos institucionais e os ritmos das comunidades, o que prejudica a fluidez da implementação e gera desconfiança. Quando não há escuta prévia nem construção de consensos com os atores locais, as ações encontram baixa adesão e pouca sustentabilidade. A alegada fragmentação de responsabilidades entre agências, por sua vez, afeta a eficácia das intervenções conjuntas, revelando a necessidade de maior clareza e coordenação para garantir resultados integrados.

Merece destaque, igualmente, o aspecto que trata da baixa valorização do conhecimento e da mão-de-obra local. Essa problemática limita a apropriação comunitária e compromete a dimensão territorial do desenvolvimento. Da mesma forma, a ausência de estratégias para

garantir a participação de mulheres, especialmente mães, reforça desigualdades históricas e impede que o desenvolvimento seja verdadeiramente inclusivo.

Cabe também mencionar a rigidez metodológica e a imposição de cronogramas institucionais, frequentemente dissociados das dinâmicas e tempos próprios dos territórios, o que gera desconexão e leva à desmobilização comunitária (item 2 da tabela 7). Soma-se a isso a participação simbólica ou pouco vinculante, que compromete a legitimidade social das intervenções e dificulta a construção de soluções compartilhadas (item 3 da mesma tabela). A invisibilização de juventudes, mulheres e saberes tradicionais revela a ausência de enfoques diferenciais e interculturais, fragilizando o enraizamento cultural dos processos e a construção coletiva (item 6). Por fim, a fragilidade das estratégias de dinamização econômica, muitas vezes marcadas por ações pontuais e desvinculadas das cadeias produtivas locais, compromete a geração de renda e o fortalecimento das bases materiais que sustentam a paz territorial (item 5).

Em conjunto, essas lacunas mostram que a efetividade do nexo paz-desenvolvimento depende da capacidade de implementar abordagens integradas, contextualizadas e participativas, que considerem as particularidades dos territórios e das populações envolvidas. O que se pode extrair são os sintomas, como os percalços de execução, mas também causas profundas, ao se verificar que o modelo de implementação está inclinado a reproduzir fragmentações institucionais e lógicas centralizadoras, entre outras problemáticas.

6. Conclusão e recomendações

Com base nos resultados disponíveis sobre o projeto, produzidos por organizações diretamente envolvidas com sua implementação, é possível chegar a conclusões a respeito da forma como o vínculo paz-desenvolvimento foi operacionalizado, avaliando contribuições e desafios que comprometeram sua efetividade. A partir da análise dos dados, observa-se uma abordagem que buscou conectar dimensões de ordem prática, como renda, serviços e infraestrutura, e de ordem simbólica, como reconhecimento, memória e convivência, no esforço de construção da paz atrelada ao desenvolvimento.

No componente 1, ações como os acordos sub-regionais, que buscaram viabilizar a aplicação mais específica e direcionada dos termos do Acordo de Paz, bem como os espaços de escuta e os eventos de reconciliação ilustram como a participação cidadã e a reconstrução de vínculos sociais foram posicionadas no centro da proposta de desenvolvimento. No componente 2, os esforços no sentido de valorização dos meios de vida, de apoio à economia solidária e de resgate de saberes tradicionais mostraram que o desenvolvimento foi pensado para que operasse como um processo sustentável e vinculado à identidade local. E no componente 3, o foco no acesso a direitos básicos, como educação, saúde e infraestrutura, reforçou a noção de que a oferta de serviços públicos é condição para a paz em territórios historicamente marginalizados.

Essas iniciativas demonstram que o Programa tratou as concepções de paz e de desenvolvimento como eixos interdependentes, ancorados em uma perspectiva de transformação territorial que articula direitos e participação. Nessa lógica, o projeto destacou-se por (i) fortalecer sujeitos sociais de grupos minorizados, como mulheres e populações étnicas; (ii) promover capacitação e liderança comunitária, com enfoque em gênero e ciclo de vida; e (iii) incentivar a criação de redes multissetoriais e instâncias de concertação, como os Comitês Dinamizadores e as Redes de Aliados Estratégicos. Esses elementos apontam para um entendimento ampliado de desenvolvimento, que vai além da infraestrutura e incorpora convivência, justiça social e representação política como fundamentos da paz territorial.

Vale destacar que o projeto superou metas e alcançou número expressivo de beneficiários, o que reforça seu alcance e relevância: afirma-se que 28.380 pessoas participaram ativamente dos processos de paz e desenvolvimento, superando a meta inicial de 8.710. Além disso, 80% dos beneficiários relataram melhora na qualidade de vida, tendo o acesso a serviços básicos ultrapassado a meta de cobertura mínima. Ainda, a diversidade das ações demonstra uma tentativa de responder, de forma coordenada, às múltiplas dimensões da exclusão territorial.

Em que pese o fato de que esses resultados indicam avanços na implementação do Acordo de Paz, com efeitos alegadamente percebidos na melhoria de condições de vida e no fortalecimento de capacidades locais, lacunas estruturais limitaram a efetividade da articulação entre paz e desenvolvimento. Apesar dos progressos, a análise das brechas identificadas mostra que a implementação enfrentou desafios significativos que afetaram a sustentabilidade e a profundidade dos resultados.

Como exemplo, são dignas de nota a falta de articulação institucional e a sobreposição de ações, que geraram desperdício de recursos e enfraquecimento da confiança nas instituições. Mais significativo foi o descompasso entre tempos institucionais e ritmos comunitários, além da baixa escuta prévia, o que comprometeu a apropriação das ações. Somado a isso, a invisibilização de saberes tradicionais e das juventudes e a baixa inclusão de mulheres com filhos pequenos limitaram o caráter inclusivo do processo. Essas duas últimas consistem em falhas significativas, pois bloqueiam a construção de soluções contextualizadas, essenciais para a paz territorial. Adicionalmente, *déficits* na dinamização da economia local restringiram a geração de renda e, portanto, os efeitos estruturantes do desenvolvimento. Tais falhas revelam que, sem integração real entre atores, tempos e práticas, mesmo programas bem desenhados enfrentam obstáculos importantes à transformação duradoura.

A sustentabilidade do programa foi pensada, mas depende da continuidade do apoio institucional e do fortalecimento das capacidades locais. Nesse exercício, bases importantes foram mobilizadas, como formação de lideranças, articulação com instituições públicas e fortalecimento de meios de vida. No entanto, sua consolidação depende de presença contínua do Estado, com garantia de oferta de serviços públicos, e das instituições locais, com recursos e vontade política - algo para o qual, até o momento, não há meios de verificar se foi ou será efetivamente cumprido no marco do projeto. Nesse sentido, o acompanhamento pós-projeto é fundamental para evitar retrocessos, além da adaptação dos métodos e cronogramas às

realidades locais. Assim, a sustentabilidade exige que a lógica do projeto se incorpore às práticas institucionais permanentes (isto é, fazer com que o *modus operandi* do Programa não se resuma apenas à sua execução pontual, mas seja incorporada ao funcionamento corriqueiro e contínuo das instituições públicas/locais envolvidas), o que, ao que parece, ainda se coloca como desafio.

Programas voltados ao nexo paz-desenvolvimento, especialmente em contextos frágeis, de alta vulnerabilidade e histórico de exclusão, tendem a enfrentar entraves recorrentes que comprometem sua efetividade e sustentabilidade. Entre os mais relevantes, destaca-se a dificuldade de articulação interinstitucional, que tem como sintomas a sobreposição de ações, a fragmentação de responsabilidades e a baixa coordenação entre os diversos atores envolvidos. Soma-se a isso o descompasso entre os tempos institucionais, geralmente orientados por cronogramas rígidos e exigências administrativas, e os ritmos sociais e culturais dos territórios, o que pode gerar desconexão e baixa apropriação comunitária das iniciativas.

Outro desafio comum diz respeito à participação social: embora frequentemente prevista nos desenhos dos projetos, tende a ocorrer de forma simbólica ou pouco vinculante, sem garantir que as vozes locais influenciem de fato as decisões. Isso se agrava quando mulheres, jovens ou detentores de saberes tradicionais são invisibilizados, limitando a construção de soluções contextualizadas e legitimadas.

Por fim, mesmo quando se prevê uma estratégia de continuidade, a sustentabilidade costuma depender de fatores externos ao projeto, como a presença estável do Estado, a disponibilidade de recursos e a vontade política das instituições locais. Assim, um dos maiores desafios é garantir que as práticas desenvolvidas não se esgotem com o fim da execução pontual, mas sejam incorporadas ao funcionamento cotidiano das estruturas institucionais nos territórios. Esses elementos mostram que a construção de vínculos duradouros entre paz e desenvolvimento exige não apenas bons desenhos técnicos, mas sobretudo capacidade adaptativa, enraizamento territorial e compromisso político de longo prazo.

Como recomendações, ao desenhar um projeto de reconciliação com foco também no desenvolvimento, especialmente em contextos de reconstrução social, é importante considerar uma série de elementos que favoreçam resultados concretos e transformadores. A seguir, são destacados os aspectos considerados relevantes para a formulação de um projeto de paz orientado ao desenvolvimento, assim como formas pelas quais esses aspectos poderiam ter sido aprimorados no caso analisado:

a. Fortalecer a articulação institucional

A falta de coordenação entre instituições levou a conflitos de atribuições e sobreposição de atividades, comprometendo a articulação entre paz e desenvolvimento. Para enfrentar esse problema, recomenda-se criar mecanismos de governança compartilhada e instalar

mecanismos permanentes nos territórios, como mesas de coordenação, com participação institucional e comunitária, promovendo cooperação e transparência das ações.

b. Planejar com base em escuta e construção de consensos prévios

O projeto adotou decisões centralizadas e não considerou integralmente as dinâmicas e saberes locais. Isso restringiu a participação comunitária, além de enfraquecer a apropriação das ações. Para fortalecer o nexo paz-desenvolvimento, recomenda-se realizar consultas participativas, em consonância com instrumentos internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁰. Essa convenção é um marco para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e tribais, que busca assegurar que suas culturas, instituições e formas de organização sejam respeitadas, de maneira que possam participar livremente em processos decisórios que afetem seus territórios e modos de vida. Valorizar vivências comunitárias e fortalecer instâncias representativas alinhadas a esses princípios contribui para a construção de processos mais legítimos, inclusivos e sustentáveis.

c. Sincronizar os tempos institucionais com os ritmos das comunidades

Um dos principais desafios em relação à implementação do Programa foi o desalinhamento entre os tempos institucionais e comunitários. Para superar esse problema, recomenda-se adaptar os cronogramas com flexibilidade, com o objetivo de respeitar ritmos locais, e estabelecer marcos de validação comunitária que favoreçam ajustes contínuos, fortalecendo a apropriação, a confiança mútua e a efetividade das ações no território.

d. Valorizar saberes e mão-de-obra locais

A pouca valorização de saberes e recursos humanos locais gerou iniciativas distantes das realidades e comprometeu, assim, a continuidade e o sentimento de pertencimento. Para reverter esse quadro, é recomendável priorizar a contratação local, bem como integrar os saberes comunitários aos planos do projeto. Esse movimento fortalece a legitimidade das ações e a construção de uma paz enraizada e participativa.

e. Garantir inclusão efetiva de mulheres e juventudes

A falta de estruturas de cuidado infantil limita a participação de mulheres com filhos, enquanto as juventudes permanecem pouco incluídas nos processos decisórios e sem

³⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao169-pl.pdf>.

programas adequados às suas necessidades. Isso compromete a equidade de gênero e geracional. Recomenda-se criar espaços de cuidado e apoio logístico para mulheres, além de garantir orçamento e programas específicos para as juventudes.

f. Superar a participação simbólica e fomentar a corresponsabilidade

Apesar de prevista, a participação comunitária demonstrou-se pontual e simbólica, sem influência real nas decisões. Para mudar esse cenário, é fundamental garantir uma participação vinculante e deliberativa, com mecanismos de controle social, prestação de contas e formação comunitária, fortalecendo a autonomia local, a eficácia das políticas e a sustentabilidade dos processos de paz.

g. Estimular a dinamização da economia local

Ações de geração de renda do projeto foram conduzidas sem articulação real com os sistemas produtivos locais. A falta de apoio à formalização e fortalecimento dos empreendimentos comunitários limita o acesso a crédito e a implementação de políticas públicas. Recomenda-se integrar os sistemas produtivos às cadeias de valor comunitárias, bem como apoiar a capacitação e inclusão de mulheres, jovens e populações étnicas.

h. Adotar metodologias flexíveis e sensíveis ao contexto

A rigidez dos métodos e cronogramas dos projetos, muitas vezes impostos por exigências externas, desconsidera as particularidades e os tempos das comunidades. O resultado é a dificuldade de adaptação ao contexto, prejudicando o engajamento e os objetivos de fortalecimento territorial. Recomenda-se adotar planos flexíveis, com revisões baseadas na devolutiva local, e capacitar as equipes em abordagens sensíveis a conflito, gênero e diversidade.

i. Fortalecer a sustentabilidade das ações para além do projeto

A falta de integração das ações aos planejamentos locais e a ausência de estruturas comunitárias autônomas comprometem a continuidade das iniciativas e enfraquecem a consolidação da paz. Para garantir sustentabilidade, é fundamental articular as iniciativas aos planos institucionais, além de fortalecer organizações comunitárias com capacitação e apoio técnico. Esses são caminhos para promover uma gestão articulada e enraizada no território.

j. Investir em monitoramento participativo e avaliação contínua

Projetos em territórios complexos enfrentam dificuldades de adaptação a mudanças inesperadas devido a planejamentos rígidos e falta de mecanismos de ajuste. Para fazer frente ao problema, recomenda-se usar indicadores de processo e tecnologias de monitoramento comunitário, gerando transparência, escuta social e gestão adaptativa alinhada à realidade local.

O delineamento de projetos que articulem desenvolvimento territorial e paz exige uma abordagem enraizada no território, orientada por princípios como a participação efetiva das comunidades. Paz e desenvolvimento são processos interdependentes que se consolidam por meio da transformação das condições materiais e simbólicas nos territórios. Esse processo envolve a ampliação de direitos, a reconstrução de vínculos sociais e o fortalecimento das capacidades locais para uma convivência justa e duradoura (ROCHA DE SIQUEIRA et al., 2022). Nesse sentido, o desenvolvimento não pode ser reduzido a metas econômicas ou à execução de obras: trata-se da ampliação de liberdades e da criação de condições que favoreçam relações sociais mais equitativas e cooperativas (SILVA, S/d; BLUMENSCHNEIN, 2017; SEN apud SILVA, S/d). Essa perspectiva reforça a ideia de que o território não é um mero espaço a ser intervencionado, mas um sujeito ativo, onde se entrelaçam dimensões materiais, simbólicas e políticas que moldam os caminhos possíveis para a paz (CAIRO & RÍOS, 2019).

A experiência do projeto analisado, embora traga contribuições importantes, revela os limites de intervenções que não investem suficientemente na coprodução com as comunidades nem no fortalecimento das instituições locais. Essa lacuna evidencia a importância de superar abordagens que tratam a paz como um pré-requisito para o desenvolvimento, em vez de reconhecê-los como processos que devem ser construídos de forma simultânea e articulada, especialmente em contextos atravessados por desigualdades históricas e múltiplas exclusões (ROCHA DE SIQUEIRA et al., 2022).

Cada ação tem de carregar uma dupla intencionalidade: melhorar concretamente as condições de vida e, ao mesmo tempo, fomentar confiança, equidade e convivência. Isso requer a valorização dos saberes locais, a criação de espaços de decisão inclusivos e a garantia de que os benefícios das iniciativas sejam distribuídos de maneira justa entre diferentes grupos sociais (CAIRO & RÍOS, 2019). Também é fundamental repensar os critérios de sucesso, superando métricas que se concentram apenas em números ou eventos pontuais, e buscando adotar indicadores que capturem transformações mais profundas, como mudanças nas relações sociais. Apoiar economias solidárias e comunitárias, baseadas na cooperação e na autonomia, é igualmente decisivo para sustentar a paz no território.

Por fim, intervenções mais sensíveis ao contexto demandam ciclos curtos de escuta e adaptação, permitindo respostas ágeis aos desafios emergentes e promovendo uma estratégia de transformação territorial com clara intencionalidade política e comunitária. Assim, o

desenvolvimento deixa de ser uma etapa posterior e passa a ser parte intrínseca do processo de construção da paz, com capacidade real de gerar impactos duradouros.

Referências

AHUMADA, Consuelo. **La implementación del Acuerdo de paz en Colombia: entre la “paz territorial” y la disputa por el territorio.** Problemas del Desarrollo. Vol. 51, no. 200, Ciudad de México, jan./mar. 2020. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362020000100025.

Acesso em: 21 fev. 2025.

ARANGO, Vladimir Montoya. CAIRO, Heriberto. KOOPMAN, Sara. MUÑOZ, Flavio Bladimir Rodríguez. OSLENDER, Ulrich. QUINTERO, Liliana Zambrano. RÍOS, Jerónimo. SUÁREZ, Carlo Emilio Piazzini. **“Territorial Peace”: The Emergence of a Concept in Colombia’s Peace Negotiations.** Geopolitics, 2018. DOI: 10.1080/14650045.2018.1425110.

ARENHART, Livio Osvaldo. BÜTTENBENDER, Pedro Luís. DALLABRIDA, Valdir Roque. DENARDIN, Valdir Frigo. ROTTA, Edemar. **Abordagem territorial do desenvolvimento: Categorias conceituais e pressupostos metodológicos.** Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU, Matinhos, Vol. 7, No. 1, jan./jun. 2021.

Banco Mundial. **World Development Report 2011: Conflict, Security, and Development.** World Bank, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/4389>. Acesso em: 30 mar. 2025.

BAUTISTA, Sandra. **Contribuciones a la fundamentación conceptual de paz territorial.** Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Revista Ciudad Paz-andó. El posacuerdo: Hacia la construcción de una paz multidimensional. Vol. 10, No. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.udistrital.edu.co/index.php/cpaz/article/view/11639/12989>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BLUMENSCHIEIN, Fernando. **Desenvolvimento Sustentado: Conceito e Exemplos de Atuação.** Revista UFG, Goiânia, Vol. 9, No. 4, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48173>. Acesso em: 6 abr. 2025.

CAIRO, Heriberto. RÍOS, Jerónimo. **Las élites políticas y la paz territorial en Colombia: un análisis de discurso en torno al Acuerdo de Paz.** Revista Española de Ciencia Política, 50, 91-113. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21308/recp.50.04>.

CASTILLO, Lynda Lucía Gómez. **La gestión ambiental en el Programa de desarrollo con enfoque territorial (PDET) de la cuenca del Caguán y el piedemonte caqueteño.** Facultad de Estudios Ambientales y Rurales. Pontificia Universidad Javeriana. 2019. Disponível em:

<https://repository.javeriana.edu.co/items/01cf2381-1a4e-4a37-8eb3-27543e0a9672>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CLEMENTE, Maria Eduarda Correia. **FARC-EP: a Luta do Maior Grupo Guerrilheiro da América Latina e o Processo de Paz**. In AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Ed.). Série Conflitos Internacionais, v. 8, n. 2. Marília: OCI, 2021. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-8-n.-2-abr-2021.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha. **O que é o Direito Internacional Humanitário?** 2022. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/o-que-e-o-direito-internacional-humanitario>. Acesso em: 10 fev. 2025.

Comité Internacional de la Cruz Roja. **El costo humano de los conflictos armados en Colombia**. 2024. Disponível em: <https://www.icrc.org/es/document/costo-humano-conflictos-armados-colombia-2024>. Acesso em: 10 fev. 2025.

CONTRERAS, Camila Alejandra Velasco. RODRÍGUEZ, Maria Paula Nieto. **Evaluación de impacto de los Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial (PDET)**. Dissertação de Mestrado em Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento. Universidad de los Andes. 2022. Disponível em: <https://repositorio.uniandes.edu.co/server/api/core/bitstreams/f3177767-fd9a-4f2a-8fed-3dcadc3e7c39/content>. Acesso em: 03. mar. 2025.

DUFFIELD, Mark. **Global governance and the new wars. The merging of development and security**. Zed Books, Londres. 2014.

FONSECA, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso**. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr., nº 10. 1999.

Fundación Ideas para la Paz (FIP). **El dilema de los PDET. ¿Cómo construir sobre lo construido, sin seguir en lo mismo?** Notas Estratégicas No 25, Jun. 2022. Bogotá, Colombia. Disponível em: https://storage.ideaspaz.org/documents/FIP_NE_LosDilemasPDET.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

GALTUNG, Johan. **Peace by peaceful means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. London: Sage Publications, 1996.

GARCÍA-GIRALDO, Juan Pablo. **Implementación de los Programas de Desarrollo con Enfoque Territorial y construcción de paz territorial en Colombia: avances y desafíos**. Revista de Facultad de Derecho y Ciencias Políticas. Universidad Pontificia Bolivariana. Vol. 50, no. 133, Jul/Dez., 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-38862020000200454&script=sci_arttext. Acesso em: 03 mar. 2025.

GARCIA, Eric Sanchez. **Unpacking the peace pillar of the Triple Nexus**. Development in Practice 33(3):1-6, Jun. 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361366031_Unpacking_the_peace_pillar_of_the_Triple_Nexus. Acesso em: 05 mar. 2025.

HENRIQUES, Miguel Barreto. **Laboratorios de paz en territorios de violencia(s) ¿Abriendo caminos para la paz positiva en Colombia?** Facultad de Ciencias Sociales. Departamento de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales. Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano. 2016. Disponível em: https://www.utadeo.edu.co/sites/tadeo/files/node/publication/field_attached_file/pdf-laboratorio_paz-completo_fisico-ultimopdf.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

IGLESIAS, Eduardo Sánchez. JIMÉNEZ, Vicente Sánchez. **La paz y la solución al problema del campo en Colombia: un análisis comparado entre el Acuerdo de Paz y el Plan Nacional de Desarrollo**. Fundación Hábitat. Universidad Complutense de Madrid, España. 2018. Disponível em: <https://docta.ucm.es/entities/publication/b78fea02-f0ca-4ec8-934c-a14aeb3cbe50>. Acesso em: 21 fev. 2025.

Inter-Agency Standing Committee (IASC). **Mapping Good Practice in the Implementation of Humanitarian-Development-Peace Nexus Approaches**. Country Briefs and Synthesis Report, 2024. Disponível em: <https://interagencystandingcommittee.org/iasc-task-force-4-humanitarian-development-collaboration-and-its-linkages-peace/mapping-good-practices-implementation-humanitarian-development-peace-nexus-approaches-country-briefs>. Acesso em: 05 mar. 2025.

JARAMILLO, Sergio. 2014. **La paz territorial**. Apresentação em la Universidad de Harvard, Cambridge, MA, Estados Unidos.

Kroc Institute for International Peace Studies. **Informe sobre el estado efectivo de implementación del Acuerdo de Paz en Colombia**. Bogotá, 2017. Disponível em: https://kroc.nd.edu/assets/257593/informe_kroc.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

Kroc Institute for International Peace Studies. Peace Accords Matrix. **Informe Trimestral: Estado Efectivo de la Implementación del Acuerdo Final, julio – septiembre de 2024**. University of Notre Dame. 2024a. Disponível em: https://curate.nd.edu/articles/report/Informe_Trimestral_Estado_Efectivo_de_la_Implementaci_n_del_Acuerdo_Final_julio_septiembre_de_2024/27952608?file=51500483. Acesso em: 15 fev. 2025.

Kroc Institute for International Peace Studies. Peace Accords Matrix. **Siete años de implementación del Acuerdo Final: perspectivas para fortalecer la construcción de paz a mitad de camino**. University of Notre Dame. 2024b. Disponível em: https://curate.nd.edu/articles/report/Siete_a_os_de_implementaci_n_del_Acuerdo_Final_pers

[pectivas para fortalecer la construcción de paz a mitad de camino/25651275?file=46146288](https://www.researchgate.net/publication/340791438_Territorial_peace_and_gold_mining_in_Colombia_local_peacebuilding_bottom-up_development_and_the_defence_of_territories). Acesso em: 15 fev. 2025.

LE BILLON, Philippe et. al. **Territorial peace and gold mining in Colombia: local peacebuilding, bottom-up development and the defence of territories**. Conflict Security and Development, abr., 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340791438_Territorial_peace_and_gold_mining_in_Colombia_local_peacebuilding_bottom-up_development_and_the_defence_of_territories. Acesso em: 03 mar. 2025.

MENDONÇA, Thaiane. **O nexó entre segurança e desenvolvimento: uma análise sobre pacificação e políticas excepcionais de segurança no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro**. Monções - Revista de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Vol. 9, no. 17, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 21 fev. 2025.

MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. TAQUECE, Leonardo Rodrigues. **O conflito armado na Colômbia**. Dossiê de Conflitos. Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional. Observatório de Conflitos. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2020. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/o-conflito-armado-na-colombia/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia. **Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera**. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. **Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais**. Carta Internacional, 12(1), 148–172, 2017. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/611>. Acesso em: 05 mar. 2025.

Organização das Nações Unidas (ONU). Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Fondo Multidonante de las Naciones Unidas para el Sostenimiento de la Paz (MPTF). Gobierno de Colombia. **Informe Final del Proyecto Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare**. 2020. Disponível em: https://mptf.undp.org/sites/default/document/informe_final_confianza_y_paz_06042020.docx. Acesso em: 10 fev. 2025.

Organização das Nações Unidas (ONU). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Fondo Multidonante de las Naciones Unidas para el Sostenimiento de la Paz (MPTF). Secretariado Nacional de Pastoral Social/Cáritas Colombiana (SNPS/CC). **Programa de Construcción de Confianza y Paz Territorial en Clave PDET para Chocó, Meta y Guaviare**. 2020. Disponível em:

<https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/COL/Informe%20Final%20SNPS%20-%20CC%20Programa%20Confianza%20y%20Paz%20Territorial-30052020.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PIETERSE, Jan Nederveen. **Development Theory. Deconstructions/Reconstructions**. SAGE Publications, Londres. 2020.

Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011. **Colombia rural: Razones para la esperanza**. Nova Iorque: Nações Unidas. <https://hdr.undp.org/system/files/documents/nhdrcolombia2011eslow.pdf>.

RÍOS, Jerónimo. **Breve historia del conflicto armado en Colombia**. Madrid. Los Libros de la Catarata, 2017.

RÍOS, Jerónimo. GONZÁLEZ, Julio. **Colombia y el Acuerdo de Paz con las FARC-EP: entre la paz territorial que no llega y la violencia que no cesa**. Revista Española de Ciencia Política, 55, 63-91. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.21308/recp.55.03>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ROCHA DE SIQUEIRA, Isabel. **The Case for South-South Cooperation on Peace and Development**. UNOSSC, 2019. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/en/publications/the-case-for-south-south-cooperation-on-peace-and-development/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

ROCHA DE SIQUEIRA et. al, (2022). **Revisitando o nexo segurança-desenvolvimento: Transformações e mitos na política internacional**. Policy Brief. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/publications/revisitando-o-nexo-seguranca-desenvolvimento-transformacoes-e-mitos-na-politica-internacional/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. New York: Ed. Alfred A. Knopf, 1999.

SILVA, João Oliveira Correia (da). **Amartya Sen: Desenvolvimento como liberdade**. (Programa de Doutoramento em Economia) Faculdade do Porto/ Portugal, S/d. Disponível em http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf. Acesso em: 30 mar. 2025.

TEJEDOR-ESTUPIÑAN, Joan Miguel. **La implementación de los acuerdos de paz y el desarrollo en Colombia**. Revista Finanzas y Política Económica, 11(2), 223–239. Bogotá Jul./Dez. 2019.

TRUJILLO, Andrés Garcia. **Peace and rural development in Colombia. The Window for Distributive Change in Negotiated Transitions**. Routledge Taylor & Francis Group. Nova Iorque e Londres, 2020. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780367823979/peace-rural-development-colombia-andr%C3%A9s-garc%C3%ADa-trujillo>. Acesso em: 03 mar. 2025.

VERAS, Francisco. **O Sul global na discussão sobre paz, segurança e desenvolvimento.** Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). 2019. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2019/download/relatorios/CCS/REL/REL-Francisco%20Veras.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.